

Acidentes de viação matam 14 pessoas nas estradas moçambicanas

Os acidentes de viação causaram 14 óbitos e 35 feridos graves e ligeiros, na primeira semana de Novembro corrente, em algumas rodovias do país. As autoridades policiais apontam o excesso de velocidade, a má travessia de peões e o corte de prioridade como sendo as principais causas.

Texto: Redacção

Os atropelamentos continuam sem freios, tendo causado 12 vítimas no período em alusão. Total foram registados 21 acidentes de viação.

Em comunicado enviado ao @Verdade, o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) disse que 17 indivíduos foram detidos por alegada condução ilegal e outros 21 por tentativa de suborno aos agentes da Polícia de Trânsito (PT).

Aumentou para 64 alunos por professor o rácio no ensino primário em Moçambique, no Norte ultrapassa os 70 estudantes

Balanço do Plano Económico e Social – 1º Semestre de 2018

PRIORIDADE 2: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

PRIORIDADE 2: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Objetivos Estratégicos: (i) Promover um sistema educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano;

Programa MEC 05: Acesso e Educação

Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta Fixa		Realização Meta Fixa	% Realização da Meta		Localização	Ponto de Situação	Resp.
			Anual	1 Semestre		1 Semestre	Anual			
8	Contratar novos professores para o Ensino Primário, Secundário e Técnico-Profissional	Número de Professores Primários Contratados	4.848	4.848	4.825	99,8%	99,9%	Nampula(20); C. Delgado(10); Nampula(10); Zambézia(120); Tete(40); Manica(30); Sofala(40); Inhambane(10); Gaza(10); Maputo(27); C. Maputo(25)	Ação em progresso satisfatória: contratados 4.825 professores do ensino Primário, beneficiando mais de 308.864 alunos do EP	MNEDH
		Rácio Alunos por professor no Ensino Primário do 1º Grau (ensino público/diurno)	59	59	64			Nampula(20); C. Delgado(71.6); Nampula(20); Zambézia(20); Tete(10); Manica(10); Sofala(62.7); Inhambane(46.3); Gaza(49.9); Maputo(57.7); Cidade de Maputo(58.8)	Rácio Alunos por professor no Ensino Primário do 1º Grau (ensino público/diurno) atenuado no Semestre em avaliação foi de 64 multi-anos do planificado (59)	MNEDH
		Número de Professores de Ensino Secundário Geral	105	105	105	100%	100%	Nampula(5); C. Delgado(5); Nampula(20); Zambézia(20); Tete(10); Manica(10); Sofala(10); Inhambane(10); Gaza(10); Maputo(33); Cidade de Maputo(30)	Contratados 105 professores do ensino secundário, beneficiando mais de 9.075 alunos do ES	MNEDH

O rácio de professores por alunos no ensino primário piorou em Moçambique para níveis anteriores a 2014 estando em 64 estudantes para cada docente, dramáticas são as turmas no Norte onde ultrapassam os 70 alunos. Paradoxalmente o Governo reportou no Balanço do 1º Semestre de 2018 do seu PES que o rácio havia melhorado para níveis do primeiro mundo: 20 alunos por professor nas províncias de Nampula e Zambézia, 10 alunos por docente em Tete e Manica.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 02 ➔

Autárquicas 2018: CNE propõe repetição da eleição em Marromeu no dia 22 de Novembro

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) propôs ao Conselho de Ministros que a eleição anulada pelo Conselho Constitucional (CC) nas oito mesas de assembleias de voto na autarquia da vila de Marromeu, província de Sofala, seja repetida na próxima quinta-feira (22). São 6.400 eleitores que vão à votação.

Texto & Foto: Emildo Sambo

O Conselho de Ministros ainda não se pronunciou sobre a data sugerida pelo órgão de administração e supervisão eleitoral em Moçambique.

Devido a “graves irregularidades que puseram em causa a liberdade, a justeza e a transparência”, durante o apuramento parcial das eleições de 10 de Outubro passado, o CC invalidou a votação nas mesas que funcionaram em dois estabelecimentos de ensino, com os códigos seguintes: 07127-01, 07127-03, 07127-05, 07127-06, 07127-07 e 07127-08, na Escola Primária 25 de Junho, e 07130-02 e 07130-03, Escola Samora Machel.

Os 6.400 eleitores são em razão de 800 eleitores inscritos por cada mesa. Na última



tima eleição funcionaram 39 mesas e supostamente não foram detectadas “ilegalidades que influem substancialmente no resultado geral” em 31 delas.

O porta-

continua Pag. 02 ➔

Gerais 2019: CNE faz ajuste directo de um bilião de meticais à ACADÉMICA-UNIPRINT

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) adjudicou, por ajuste directo, ao consórcio ACADÉMICA-UNIPRINT, dois concursos de fornecimento de material eleitoral para as presidenciais, legislativas e assembleias provinciais em 2019.

Texto: Emildo Sambo

A Académica-Uniprint pertence a indivíduos que são membros influentes do partido no poder, a Frelimo.

No primeiro concurso, aquela firma vai encaixar 550 milhões de meticais com o fornecimento 3.000 mobiles AD para o recenseamento eleitoral de 2019, a ser realizado em todo o país, segundo o porta-voz da CNE, Paulo Cuinica.

O recenseamento eleitoral para eleições gerais terá lugar em Moçambique de 04 de Março a 02 de Maio de 2019. No estrangeiro, vai acontecer de 03 de Abril a 02 de Maio do mesmo ano, segundo o calendário já divulgado pelo órgão de administração e supervisão eleitoral.

Nos segundo concurso, a mes-

ma companhia fornecer à CNE boletins de inscrição, material de formação, acessórios e toners para os mobiles ID, no valor de 450 milhões de meticais, disse Cuinica, à imprensa.

Ele justificou que a adjudicação se deve ao facto de a empresa ter uma larga experiência na matéria e o equipamento usado nas eleições autárquicas de 10 de Outubro, por exemplo, foi fornecido pela mesma firma.

A contratação de um novo fornecedor dos equipamentos e materiais em alusão implicaria mais custos para o mesmo processo.

O ajuste directo é de lei [alínea a) do artigo 94 do Decreto nº. 5/2016, de 8 de Março], de acordo com o porta-voz da CNE.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 01 - Aumentou para 64 alunos por professor o rácio no ensino primário em Moçambique, no Norte ultrapassa os 70 estudantes

Quando Filipe Nyusi assumiu a Presidência de Moçambique existia uma média de 62 professores por cada turma do ensino primário do 1º e 2º graus. Com muito boas intenções propôs no seu Plano Quinquenal 2015 a 2019 a reduzir esse rácio para 57.

Desde então, e mesmo depois da suspensão do apoio directo ao Orçamento de Estado por parte dos Parceiros internacionais, a Educação tem recebido o maior quinhão orçamental.

Durante o seu primeiro ano de governação o rácio aumentou, para 63 alunos por turma. No entanto em 2016 a proporção começou a reduzir para 62 e em 2017 chegou aos 60 estudantes por cada professor.

Para este ano a meta era baixar para 59 alunos por turma e quiçá por isso no Orçamento de Estado para 2018 a verba para o sector da Educação tenha alcançado um máximo nominal histórico de 52 biliões de meticais, mais 7,6 que no ano anterior mais ainda assim foram surpreendentes os dados ex-

Provincia	Real				Plano
	2015	2016	2017	2018	2019
Niassa	63,0	61,5	60,1	65,2	65,1
Cabo Delgado	72,4	71,5	67,1	71,6	69,0
Nampula	69,2	70,2	70,4	74,1	70,4
Zambézia	71,9	68,7	65,3	72,6	68,9
Tete	64,3	60,8	60,5	63,0	62,5
Manica	50,3	49,8	48,0	52,4	54,8
Sofala	60,1	59,8	58,1	62,7	60,4
Inhambane	45,8	46,2	45,1	46,3	46,3
Gaza	49,2	49,5	48,2	49,9	51,6
Maputo	55,8	57,8	53,9	57,7	56,7
Cidade de Maputo	61,0	60,0	58,7	58,8	58,0
Nacional	62,6	61,7	59,9	64,2	62,7

tremamente satisfatórios do Balanço do Plano Económico e Social do 1º Semestre de 2018 que mostrou, em algumas províncias, a descida do rácio para níveis do ensino primário de países do primeiro mundo.

O rácio da província de Nampula que era de 70,4 alunos em 2017 baixou para 20 estudantes por turma tal como na província da Zambézia onde estava nos 65,3. Fenomenais foram os rácios reportados para a província de Tete que tinha 60,5 baixou para 10 alunos por turma assim como na província de Manica o Balanço do Plano Económico e Social do 1º Semestre de 2018 indica uma redução de 48 para 10 alunos por professor.

“Nós queremos aqui reconhecer que no Balanço do Plano Económico e Social(PES) do 1º Semestre de 2018 esses indicadores foram digitados incorrectamente, temos que corrigir. O rácio 20 (para Nampula, Zambézia) ou 10 (em Tete e Manica) não é possível”, reconheceu o ministro da Economia e Finanças na segunda-feira (12) durante uma Audição na Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República.

Norte de Moçambique com mais de 70 alunos por cada professor primário

O @Verdade apurou que em vez de diminuir o rácio alunos por professor está a au-

mentar em Moçambique.

Na província de Inhambane a proporção cresceu de 45,1 para 46,3 estudantes por professor, em Gaza passou de 48,2 para 49,9 alunos por sala de aulas e na província de Maputo aumentou de 53,9 para 57,7 crianças. Na cidade de

Mais dramático é o cenário no Norte do país, na província do Niassa passou de 60,1 para 65,2 alunos por turma. Em Cabo Delgado aumentou de 67,1 para 71,6 estudantes por professor. Na província de Nampula a proporção ascendeu de 70,4 para 74,1 crianças por professor.



Maputo foi onde o rácio cresceu menos passando de 58,7 para 58,8 alunos por docente.

Na província de Tete aumentou de 60,5 para 63 alunos por professor, em Manica cresceu de 48 para 52,4 estudantes por turma enquanto em Sofala o rácio passou de 58,1 para 62,7 crianças por docente.

A expectativa do Executivo é que com a contratação de 6060 novos professores, em 2019, o rácio possa reduzir para 62,7 alunos por cada turma do ensino primário. No entanto sem o aumento do número de escolas e com a população a crescer a um ritmo acelerado é pouco provável que o rácio desça significativamente nos próximos anos.

Autárquicas 2018: Conselho Constitucional diz que partidos políticos são leigos em legislação eleitoral

O Conselho Constitucional (CC) julga que os concorrentes às eleições têm lacunas no domínio da lei eleitoral e aconselha que sejam submetidos à “formação ou a outras acções” sobre a matéria para que não repitam os mesmos erros que desembocam em conflitos de escrutínio em escrutínio.

De acordo com o presidente do CC, Hermenegildo Gamito, as eleições autárquicas de 10 de Outubro passado foram as “mais disputadas de sempre, com 60% de participação.”

Mas, como de costume, “ficou patente a necessidade de os concorrentes às eleições conhecerem a legislação eleitoral através de acções de formação e outras pertinentes, dos seus mandatários e delegados de candidatura, com o objectivo de dominarem os procedimentos legais” a serem observados nas diversas etapas eleitorais, “com enfoque nos recursos” em casos de contenciosos e ilícitos.

No Acórdão nº. 27/CC/2018, de 13 de Novembro, o CC diz que, nas recentes eleições autárquicas, todos os recursos de contencioso eleitoral interpostos aos tribunais de distrito ou de cidade foram chumbados por falta de observância do princípio de impugnação prévia na mesa de votação.

O órgão acrescenta que é seu dever e dos tribunais sujeitarem-se ao cumprimento da lei, por isso, quando lhes chegam processos que não observam os ditames exigidos por lei, nada resta senão negar o devido provimento.

O que os partidos políticos, as coligações de partidos políticos e os grupos de cidadãos eleito-



res proponentes não percebem, segundo Hermenegildo Gamito, é que a inobservância do prazo de 48 horas previsto no nº. 4 do artigo 140 da Lei nº. 7/2018, de 3 de Agosto, foi a causa do indeferimento de quase todos os recursos.

“Quando um prazo é fixado em horas, a sua contagem é contínua, hora a hora e minuto a minuto, sem interrupção, pois sendo o processo eleitoral de natureza urgente pela sua própria índole, qualquer delonga implicaria a perturbação do processamento dos actos eleitorais, todos sujeitos a prazos peremptórios, extinguindo-se, com o seu decurso, o direito de os praticar.”

Perante esta nova realidade impõe, os tribunais judiciais de distrito, são obrigados, nos termos do artigo 141 da lei eleitoral, a adoptarem um horário de funcionamento adequado ao prazo

fixado em horas, para não prejudicar os recorrentes, devendo este ser amplamente divulgado, recomendou Gamito.



Falando na cerimónia de validação e proclamação dos resultados das eleições autárquicas realizadas a 10 de Outubro, na quarta-feira (14), em Maputo, o

juiz não passou ao lado dos casos relacionados com a recusa de recebimento de reclamações e impedimento dos mandatários de assistirem o apuramento intermédio por partes dos presidentes de mesa de votação e outras pessoas.

Este tipo de atitude, que visa dificultar o exercício de direitos, “deve ser severamente censurado e punido”.

Para o efeito, cabe à Comissão Nacional de Eleições (CNE) agir como o principal órgão de administração eleitoral e com amplos

Paulo Cuinica escudou-se lembrando que a eleição deve acontecer “até ao segundo domingo posterior” à validação e proclamação dos resultados eleitorais pelo CC [nº. 2 do artigo 144 da Lei nº 7/2018, de 3 de Agosto].

O segundo domingo coincide com o dia 25 de Novembro em curso. O @Verdade apurou, porém, que a CNE propôs ao Conselho de Ministros que a eleição seja repetida a 22 de Novembro.

O porta-voz explicou que não haverá campanha de educação cívica por conta da falta de tempo para o efeito. Contudo, estão programadas acções de educação cívica a terem lugar até o dia da votação.

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Xiconhoquices

Mais dívida pública pagar com gás

A capital do país parou para inaugurar a sua majestosa ponte que só deverá reparar com os moçambicanos na factura a ser paga pela sua construção. Se é uma xiconhoquice mais estes biliões de dólares que arditosamente Armando Guebuza deixou para o povo pagar, soma-se outra xiconhoquice ainda maior de ser mais uma factura a ser paga com o gás do Rovuma ...daqui há algumas décadas veremos se o gás chegará para tudo!

Crime violento

Não há dia que passe sem que as autoridades da lei e ordem reportem novas actividades dos predadores sexuais que parecem actuar em todos os cantos da Pérola do Índico indiferentes aos discursos políticos de que a criminalidade está controlada. Também sem dar tréguas continuam os assaltantes que se mostram cada vez mais violentos e chegando mesmo a assassinar as suas vítimas indefesas.

Aumento da taxa de portagens

De xiconhoquice em xiconhoquice os aumentos continuam cá nesta pátria de heróis são facturas mais altas, taxas a subirem e portagens onde antes era mahala. Se nos discursos inaugurais que as pontes eram para o benefício do povo a crise mostra que os únicos que não pagam são os novos exploradores dos moçambicanos.

Xiconhoca

Estevão Matsinhe e Ivo Munguambe

A retórica de que a taça de Moçambique é uma festa foi estragada na final de sábado passado pelos “gajos” do apito e da bandeirola. O árbitro Estevão Matsinhe e o seu assistente Ivo Munguambe quiseram ficar com o protagonismo, que deveria ter sido dos jogadores, e entregaram aos “canarinhos” mais um canecão. Vale-nos a consolação que pelo menos um dos Xiconhocas já não volta a apitar.

Conselho Constitucional

Hermenegildo Gamito e os seus pares avermelhados confirmaram esta semana o seu estatuto de Xiconhocas. Em mais uma eleição pouco livre, não justa e sem transparência em que o infractor saiu novamente vencedor só encontraram problemas em algumas poucas mesas do Conselho Autárquico de Marroneu. Aliás os Xiconhocas até se contradisseram pois concluíram que uma candidatura foi inconstitucionalmente invalidade contudo não encontraram razões para repetir a eleição nesse município!

Filipe Nyusi

O Xiconhoca que se auto intitula empregado do povo continua a evocar e reiterar as suas boas intenções. Esta semana voou no avião igual da Beyonce para ir colher experiencia de como não se deve gastar o dinheiro do povo particularmente aquele que vem de recursos que acabam. A ver quando sobrá do gás que ele e os xiconhocas que o rodeiam já hipotecaram mesmo sem que tenha ainda começado a ser produzido. Triste a nossa sina que os vamos continuar a aturar afinal este bando de xiconhocas anda a torrar as Mais-Valias de algum desse gás para garantir a sua continuidade no poder!

Sociedade

Desconhecidos matam um homem em Tete e uma mulher em Maputo

Um grupo de supostos bandidos assassinou um aguarda afecto a um estabelecimento comercial, na madrugada de quarta-feira (14), na cidade de Tete, província com o mesmo nome. No mesmo dia, em Maputo, uma adolescente perdeu a vida vítima de maus-tratos e estupro.

Texto: Redacção

Em Tete, o crime aconteceu em instalações recentemente abertas ao público. Os malfetores, ora em parte desconhecida e número não apurado, roubaram dinheiro, vários televisores e computadores portáteis.

Lurdes Ferreira, porta-voz do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), disse que investigações preliminares indicam que o guarda encontrou a morte quan-

do os meliantes se aperceberam de que tinham sido descobertos.

A vítima, cujo corpo foi escondido num compartimento dentro do próprio estabelecimento comercial, sofreu vários golpes na cabeça, o que para a Polícia mostra que houve intenção de cometer o homicídio. Lurdes Ferreira disse que o finado estava também amordaçado.

Na madrugada da mesma quar-

ta-feira, na capital moçambicana, um mulher aparentemente com menos de 18 anos de idade morreu nas mãos de supostos bandidos, no bairro de Magoanine “A”.

A adolescente apresentava sinais de agressão física e abuso sexual, segundo as autoridades policiais. À volta do cadáver, foram encontrados alguns pertences da miúda, incluindo roupa espalhada no chão. Não sabe ainda ao certo quais foram as causas do crime.

Serviço de Investigação Criminal prende supostos assassinos de um português em Maputo

Três indivíduos confessos de estarem envolvidos no assassinato de um empresário português, no fim-de-semana passado, encontram-se detidos no município da Matola, província e Maputo, e acusam um outro português, ora foragido, de ser o mandante.

Texto: Redacção

O chefe do Departamento de Relações Públicas no Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), Leonardo Simbine, disse na quarta-feira (14), em conferência de imprensa, que o malogrado, de nome José Paulo Antunes Caetano, de 51 anos de idade, foi dado como desaparecido no sábado (10), depois de ter saído de casa na sexta-feira (09), supostamente na companhia de um conterrâneo.

Naquela sexta-feira, o finado foi convidado por alguém para ir ver uma máquina de terraplanagem, algures na Matola, mas nunca mais regressou.

No domingo (11), o SERNIC achou o seu corpo numa pedreira abandonada, no distrito de Moamba.

Os três cidadãos agora privados de liberdade telefonaram para a família

de José Caetano e exigiram resgate de 15 mil dólares (900 mil meticais), disse Leonardo Simbine e esclareceu que o valor foi pago à revelia da Polícia.

Durante as buscas, perto do corpo da vítima as autoridades acharam uma faca e uma chave-de-fenda, supostamente usados no crime.

Aliás, para além do dinheiro, os malfetores exigiram ainda uma viatura de alta cilindrada, com a chapa de inscrição ABB 708 MC, pertencente a José Caetano, a qual foi recuperada no distrito de Massinga, província de Inhambane, de acordo com Leonardo Simbine.

A fonte contou que na posse dos três cidadãos, a corporação recuperou um minibus, com a matrícula AGM

761MP, que se acredita ter sido comprada com parte do dinheiro exigido aos parentes de José Caetano.

Em declarações à imprensa, um dos suspeitos contou o seguinte: “fui contactado há seis meses por um senhor chamado Carlos, que vive no Txumene. Ele trabalhou com o senhor José Caetano e disse para lhe cercarmos e tirar-lhe o dinheiro.”

Para Simbine, a detenção dos suspeitos vai ajudar a esclarecer o homicídio e eles afirmaram que “o mandante do grupo é um cidadão de nacionalidade portuguesa.”

O SERNIC acredita também que com os acusados pode esclarecer não só este caso, como também outros três ocorridos entre 2016 e 2017, na província de Maputo.

Standard Bank Open: Final do segundo Future é já neste sábado

Os courts do Jardim Tunduro, na cidade de Maputo, acolhem este sábado, 17 de Novembro, a final do segundo Future, em singulares, da oitava edição do Standard Bank Open, a maior prova internacional de ténis organizada no País.

Desporto

Os dois finalistas serão encontrados entre os oito atletas que se qualificaram para os quartos-de-finais, nomeadamente Matias Descotte (Argentina), Isaac Stoute (Grã-Bretanha), Tyler Lu (Estados Unidos da América), Kelsey Stevenson (Canadá), Lance-Pierre Du Toit (África do Sul), Simon Carr (Irlanda), Jeremy Sonkin (Estados Unidos da América) e Benjamin Lock (Zimbábue).

Em pares, a final do segundo Future vai decorrer esta sexta-feira, tendo-se qualificado para as meias-finais as duplas Benjamin Lock/Courtney Lock, William Bushamuka/Jordan Parker, Luke Gamble/Tyler Lu e Philip

Franken/Saar Rogovski.

Trata-se de partidas apetecíveis e aguardadas com muita expectativa pelos organizadores do torneio, atletas, bem como pelo público que tem acorrido aos courts do Jardim Tunduro desde o seu arranque.

“Prevemos que as finais sejam renhidas, tendo em conta as competências que têm sido demonstradas pelos atletas, que já estão habituados ao nosso clima e aos campos, o que contribuiu para a evolução do seu nível”, considerou Jonas Alberto, representante da Federação Moçambicana de Ténis (FMT).



Independentemente dos finalistas, Jonas Alberto disse esperar

por jogos bem disputados, tal como o da final do primeiro Fu-

ture, cujo vencedor (Matias Descotte) só foi encontrado depois de mais de três horas de jogo.

Ainda no sábado, para além da final do segundo Future, serão realizadas as do campeonato nacional (Top Moz) nas categorias singulares (homens e senhoras), júniores sub-14 (rapazes e meninas), sub-18 (rapazes e meninas), veteranos com mais de 35 anos, veteranos com mais de 45 anos e pares veteranos.

Entretanto, ainda no que diz respeito ao campeonato nacional, a final da categoria pares homens vai ser disputada esta sexta-feira.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



Boqueirão da Verdade

“Maior parte dos nossos concidadãos só conhecem os tribunais quando têm problemas por resolver, e têm medo deles. Queremos encorajar-vos a abrirem-se ao público. Uma maior ligação com a comunidade permitirá aos cidadãos um maior entendimento a cerca destes órgãos do Estado. Os tribunais passarão a ser verdadeiros centros de redução de assimetrias, de inclusão social e da promoção da cidadania, em vez de meros locais onde se faz sentir a mão punitiva do Estado. A nossa justiça deve proteger a nossa riqueza (...)”, **Filipe Nyusi**

“Não podemos levar alguma coisa que não está consensualizada (com os credores) ao Parlamento, imagine que o Parlamento aprove e depois o credor não concorda, onde é que nós estaríamos? Após a conclusão dessas negociações serão seguidos todos os procedimentos necessários e legalmente estabelecidos incluindo a submissão da proposta do acordo para apreciação e aprovação da Assembleia da República”, **Adriano Maleiane**

“É nossa expectativa que a reestruturação da dívida irá contribuir para o reforço da confiança do nosso país no mercado financeiro internacional facilitando assim o acesso a recursos em termos e condições favoráveis para o sector privado”, **idem**

“Depois de termos o consenso, porque para avançar ainda temos de reunir pelo menos 75 por cento

deles, o passo seguinte, na reunião do próximo ano, vamos com este consenso e vamos pedir que no mínimo 75 por cento concordem, já vamos para a reunião com 60 por cento, vamos precisar de 15 por cento. Aceite por 15 por cento os outros 25 tem que aceitar o que for aprovado porque considera-se tecnicamente maioria para obrigar aos outros que possam eventualmente não concordar”, **ibidem**

“O facto é que Angola precisa mesmo de uma revolução no sentido positivo que referimos atrás para transformar pacificamente [o país], mas radicalmente do seu sistema de educação, de ensino, o sistema de saúde e os sistemas de produção. O seu sistema de Governo e a sua cultura de governação”, **Isaías Samakuva**

“Quando estava em construção o terminal multiuso de carvão mineral no distrito de Nacala-à-Velha, em Nampula, falar deste distrito era o mesmo que se referir a uma região que teria um desenvolvimento acelerado, tendo em conta os milionários investimentos canalizados para “salvá-la” da miséria e pobreza. Há muitos contrastes que actualmente Nacala-à-Velha apresenta. E por falarmos desses contrastes, vale dizer que no início deste ano alertámos para o facto de a beleza do palácio do administrador de Nacala-à-Velha, sobretudo da parte frontal, contradizer, em absoluto, com o estado degradante de outras infra-estruturas adjacentes”, **Mouzinho de Albuquerque**

“As estradas da vila-sede distrital apresentam buracos, para além de ser muito poeirentas por não estarem asfaltadas. A alguns metros da vila está a tal estrada do CLN, que contrasta, em absoluto, com as da vila. Não se está contra as boas condições de circulação que ela tem, porém, somos da opinião que a asfatação deveria abranger pelo menos o centro da vila, onde as vias estão mais degradadas. Além dessa estrada, as instalações dos escritórios do CLN constituem outro “mundo” dentro de Nacala-à-Velha”, **idem**

“Por isso, mais do que nunca, vale a pena pensar e reflectir os contrastes prevaletentes de Nacala-à-Velha. Falamos disto porque entendemos que não o fazer seria fingir que não vemos algo que, em nossa opinião, está errado e que precisa de ser corrigido. Muitas pessoas de várias partes do globo foram para lá à procura de negócios e oportunidades de emprego. Em suma, Nacala-à-Velha esteve outra vila. A vida tinha outra dinâmica que animava a qualquer um”, **ibidem**

“Não é apenas o Brasil que perde com a eleição de Jair Bolsonaro. Então, o que é que o Brasil perde com a vitória deste ilustre e controverso indivíduo? Para começar, perde o prestígio que vinha alcançando no que ao seu papel na promoção dos direitos humanos e, consequentemente, dos valores da democracia diz respeito. Em segundo lugar, perde o peso político e diplomático, factores que lhe

“autorizavam” a impor-se durante os debates internacionais sobre temas estruturantes, tais como os relacionados com as mudanças climáticas, acordos comerciais, entre outros aspectos”, **Marcelino Silva**

“Membro do grupo político-económico conhecido por BRICS – Brasil, Índia, China e África do Sul, o país corre o risco de perder o pouco de influência que ainda detinha junto da organização. Em jeito de lembrete: o fórum foi criado, como se sabe, como contraponto ao chamado G-7, que é integrado pelos países mais desenvolvidos. A força do Brasil no grupo BRICS começou a declinar-se nos últimos anos do governo de Dilma Rousseff, tendo piorado durante o consulado de Michel Temer”, **idem**

“Por estes dias, o maior receio é, na minha opinião, o país ser retirado do fórum pelo actual presidente por achar irrelevante a sua presença. A exemplo do que aconteceu com os Estados Unidos da América – que foi retirado de vários organismos internacionais por determinação do controverso e polémico chefe do Estado, Donald Trump (DT). Aliás, e seguindo as pegadas do líder americano, JB acaba de surpreender (talvez nem tanto) o mundo com o anúncio de que tão cedo quanto possível, o Brasil vai transferir a sua embaixada de Tel-Aviv para Jerusalém. A acontecer, o Brasil torna-se no maior país a fazer a mudança, que vai contra as aspirações dos palestinos que querem que Jerusalém seja a capital do

seu futuro estado”, **ibidem**

“Basta amanhecer não vão passar dois minutos para ouvirmos dizer que fulano de tal morreu. Há indivíduos cuja morte é comparada a uma tragédia. Mas a maioria deixa o mundo sem que ninguém se aperceba, excepto um pequeno grupo da família do finado. Outros ainda nem a família toma conhecimento, se toma trata imediatamente de enterrar o corpo e esquecer tudo logo a seguir. Há casos ainda piores, em que alguém morre e o seu corpo é tratado como o de um cão vadio. É enterrado na vala comum como resíduo sólido de um município qualquer”, **Alfredo Macaringue**

“Não há dúvida de que as mortes não são iguais. Não vou fazer nenhuma comparação com a morte de Jesus Cristo, porque esse Homem estava acima dos humanos mortais. Porém, há mortes e há mortes. O que muitos ignoram é que depois da morte somos tratados de igual modo pelo Altíssimo, cada um recebendo o que plantou. Aqueles que tiverem semeado ventos vão colher tempestades. E os que abriram valas para irrigar os campos, irão receber uvas”, **idem**

“A morte está instituída desde que nascemos. Ela é antecedida de dor e pranto. Vejam a criança quando acaba de sair do ventre da mãe, ela chora, por se aperceber de que o mundo para onde ela é lançada é hostil. Está cheio de morte em todo o lado. Ninguém vai escapar!”, **ibidem**



goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

A Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, por iniciativa própria, decidiu conceder Tolerância de Ponto a todos os trabalhadores, funcionários públicos e aos municípios da cidade de Maputo neste sábado (10) ...para que possam acompanhar a inauguração da ponte Maputo - Katembe que será dirigida pelo Presidente da República, Filipe Nyusi. Entretanto o @Verdade verificou alguns sinais de degradação num dos acessos #Moçambique
<http://www.verdade.co.mz/newsflash/67318>



Azarias Chihitane Massingue Jornal Verdade, o interesse de desinformar suplantou tudo mesmo, a tolerância é para se assistir a inauguração da Ponte ou é porque hoje é dia da Cidade. Estão a dizer que se não fosse por causa da Ponte hoje iria se trabalhar normalmente? · 1 dia(s)

Couto Joaquim Acompanhar de longe.Aos preços de portagem aplicados poucos mocambicanos vão tirar aproveit deste elefante bramco..mais uma barraca a estilo estadio zimpeto q encheu muitos bolsos no governo. · 1 dia(s)

João Nhanengue A ministra deve estar desatualizada,como vai

conceder tolerança do ponto aos trabalhadores se dia 10 de novembro é feriado por ser dia da cidade de mpt? · 2 dia(s)

Azarias Chihitane Massingue João Nhanengue 10 de Novembro não é ferido, é apenas dia da Cidade. Em todas as cidades e Vilas as suas comemorações são por decreto ministerial pontual, não é automático. · 1 dia(s)

João Nhanengue E eu bem frizei,dia da cidade de mpt. E talvez ela venha a ter razão por estar a abranger todo moz. · 1 dia(s)

Alberto Muchanga Obedias João Nhanengue dia 10 é dia da cidade de Maputo e não é feriado, os dias das cidades ou Vila o ministério do trabalho concede

tolerância de ponto portanto não esta—se a conceder tolerância no feriado como disse · 1 dia(s)

Joaquim António Zandamela Alberto Muchanga Obedias o não sabe diferenciar a tolerância do feriado. Também não deve não saber que é da competência da ministra conceder e ou decretar as tolerâncias quando estas solicitadas a tempo. · 1 dia(s)

Quito Veloso Luis meu amigo,sempre que assim acontece o ministério de tutela concede sim tolerância aos funcionários do/a município/cidade/vila que esteja em festa. “Hoje 10 de novembro foi para a cidade de Maputo”, ela concedeu apenas aos funcionários da cidade de Maputo · 1 dia(s)

João Nhanengue Se for para o caso da cidade de mpt, nem deveria se dar esse trabalho todo, mas enfim (...) · 1 dia(s)

Roro Simoes Gosto do jornal A verdade mas desta vez estão errados 10 é dia da cidade de Maputo · 16 h

Jaguarivo Da Ester Jahar O redator do jornal, deve sofrer de qualquer síndrome de desatualização, se é que existe · 1 dia(s)

Sergio Siteo Maluca essa sábado já estamos em casa pha. De futuro transfira para sexta-feira o feriado. Porra · 13 h

Walldo Lifaniça Por Iniciativa própria???? Pelo que eu saiba, todos os 10 de Novembro são feriados... · 1 dia(s)

Carlos Amad Júnior Esses do verdade são da oposição mesmo. Ja viram falhas. kkkkkkkk · 2 dia(s)

Za Assane Ser do povo agora é ser da oposição? · 2 dia(s)

Momad Victorino para jornal verdade tudo que o governo faz é errado . Enfim democracia em todo mundo existe esse tipo de jornal. Anti governo. · 2 dia(s)

Moises Mate Voce sabe de algo de bom k esse governo fez? · 2 dia(s)

Roberto Cristovao Matsinhe 160 não é pouco · 2 dia(s)

Rogério Boque uma sociedade sem críticas está condenada a uma pobreza eterna. aceitemos críticas para operar melhorias · 1 dia(s)

Armando Matsimbe mas isto não é crítica, é manipular · 1 dia(s)

Ronaldo Rui Rui Isso não é crítica. Esse jornal há muito deixou de ser do povo. Esse jornal parece que entendeu que notícia é falar algo que possa de algum modo manchar o governo. · 1 dia(s)

Joaquim António Zandamela Moises Mate a própria ponte é algo de bom. Vais dizer que não? · 1 dia(s)

Leandro Leandro Tolerância no feriado? · 2 dia(s)

Vânio Odair Jesus Almeida Dia da Cidade não é feriado · 1 dia(s)

Adriano Novela Que tolerância! Hoje é feriado municipal em Maputo. Não exagerem. · 1 dia(s)

Lizele Isaque Isaque Xte lugar ainda falta pra fazer acabamento. ate amanha tudo no ponto · 2 dia(s)

Bartolomeu Bc Falem do cne por favor · 2 dia(s)

Samuelson Antonio Braz Muchanga Q tolerância d ponto se dia 10 sera sábado outras coisas Nakonada juro · 1 dia(s)

Criança de sete anos violada e assassinada na Matola

Uma criança de apenas sete anos de idade foi encontrada sem vida e supostamente com sinais de abuso sexual, no último domingo (11), no município da Matola, província de Maputo, depois ter sido dado como desaparecida pelos pais.

Texto: Redacção

O corpo da criança foi descoberto, sem sinais de agressão física, escondido num saco, de manhã, numa das ruas do bairro Infule-ne-D e não muito longe da sua casa.

A família, que estava há várias horas à procura da vítima, foi dada o alerta de que um corpo tinha sido identificado nas proximidades da área residencial.

O receio de que podia ser a miúda tomou conta de todos, segundo relatos de um dos parentes da finada ao @Verdade. As pernas tolheram e o coração acelerou os batimentos. Porém, não havia outra alternativa senão ir reconhecer o corpo por conta própria. E quem o fez foi a própria mãe.

A nossa fonte disse que antes de ver o rosto, a mulher reconheceu a filha logo que viu os seus pés, imóveis. Era a materialização de um crime sem rostos.

Contudo, a Polícia da República de Moçambique (PRM), na Matola, já está ao corrente do facto e disse que está trabalhar no sentido de trazer esclarecimentos. Até ao fecho desta edição não havia detenções em conexão com o caso nem suspeitos.

Discussão entre tia e sobrinho acaba em morte na Beira

Uma mulher de 22 anos de idade morreu vítima de agressão física protagonizada pelo próprio sobrinho, durante uma discussão por causa de um alegado roubo de 10 mil meticais, na semana passada, na cidade da Beira, capital da província de Sofala.

Texto: Redacção

O caso ocorreu na última quinta-feira (08), no bairro do Esturro. O acusado, de 17 anos de idade, assumiu que deferiu uma p a n c a d a

continua Pag. 06 →

Megalómana ponte Maputo - Ka Tembe custará 1,3 bilião de dólares aos moçambicanos



Foi enfim inaugurada a megalómana ponte entre a cidade de Maputo e o distrito municipal de Ka Tembe. Oficialmente o custo é de 785 milhões de dólares norte-americanos no entanto os moçambicanos vão pagar, ao que tudo indica com as receitas do gás natural da Bacia do Rovuma, por esta ponte dos "maputenses" cerca de 1,3 bilião de dólares à China. Só em juros serão mais de 30 milhões de dólares norte-americanos anuais até 2039.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

Autárquicas 2018: JA atira-se à comunicação social e qualifica a sociedade civil de "passiva, adormecida e conformada" com as "graves irregularidades" havidas nas eleições

Enquanto o Conselho Constitucional (CC) – o mais alto órgão em matéria constitucional e eleitoral em Moçambique – não se pronuncia sobre as eleições autárquicas de 10 de Outubro passado e sua conformidade com a lei, a Justiça Ambiental (JA) acredita que houve "irregularidades claras e graves", que suscitaram "acusações sérias demais para serem levianamente descartadas". O Governo devia promover uma investigação. A organização não-governamental atira-se à comunicação social e censura o que chama de falta de isenção na cobertura eleitoral. A sociedade civil também não é de forma alguma poupada: é, aos olhos da JA, "passiva e cada vez mais adormecida e conformada", sendo, por isso, que se fecha em copas.

Texto: Emildo Sambo

A JA diz que gostaria de "não ter de falar de política", mas os acontecimentos à volta das recentes eleições autárquicas impelem-na a dizer que o Governo ainda não é "minimamente capaz, honesto, justo, responsável e empenhado em dignificar e consolidar a nossa democracia."

"Não existem sinais de uma função pública apartidária, autónoma e lúcida, nem sinal de uma comunicação social isenta, séria, crítica e irreduzível", muito menos existe "uma sociedade civil (e suas respectivas organizações) esclarecida, intrépida, intransigente e forte. Infeliz e claramente, Moçambique não cumpre quaisquer destes requisitos."

Ainda no entendimento daquela organização, o processo eleitoral foi "no mínimo pitoresco". Causou-lhe

"desilusão e incredulidade" por conta da "inqualificável agressão a um dos mais basilares pilares de qualquer democracia", o direito ao voto.

"Lamentamos em igual medida a já habitual incompreensível passividade de toda uma sociedade civil que, absurdamente, nos parece cada vez mais adormecida e conformada a ser ultrajada", diz a agremiação no seu recente boletim e prossegue afirmando que essa é "uma sociedade que ao que tudo indica se está a preparar para negligentemente acatar (e assim validar) mais um processo eleitoral gravemente maculado por inúmeras irregularidades (...)."

Não se entende se será por "medo, conformismo e desinteresse", ou se a mesma sociedade civil está sentir-se "profundamente impo-

tente e/ou desamparada."

Contudo, o Governo tem, por meio de suas instituições, a obrigação de "escrutinar de forma imparcial, aberta e exaustiva todo o último processo eleitoral" e imputar responsabilidades aos prevaricadores, bem como corrigir os erros.

Relativamente ao que chama de "lixo eleitoral" criado durante as eleições, sobretudo na campanha eleitoral, a JA considera que são toneladas de papel e outros materiais que, como sempre, findas as eleições, vai "morrer" no chão, nos muros, nas paredes, nos postes e nas caixas de electricidade e em todos os demais recantos de todo o país, por falta do cumprimento da legislação e dos mais básicos princípios de civismo e asseio.

CA PAZ

A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 05 - Megalómana ponte Maputo - Ka Tembe custará 1,3 bilião de dólares aos moçambicanos

O Presidente Filipe Nyusi descerrou a lápide, com o seu nome, e cortou a fita mas a ponte suspensa mais longa do continente africano deveria ter sido inaugurada por Armando Guebuza, que aliás fez-se presente no evento que parou a capital moçambicana no passado sábado (10), pois foi o seu Governo que em 2011 iniciou o endividamento dos moçambicanos para esta obra.

“Hoje é um dia ímpar para a nossa história, o sonho de Samora Machel, herdado sabiamente por Joaquim Chissano e posto em andamento por Armando Guebuza foi concretizado. Nós não fizemos nada de extraordinário senão garantir a conclusão sem interrupção da obra iniciada seis meses antes da nossa tomada de posse no momento em que o país enfrenta desafios de carácter económico” reconheceu Nyusi.



nosso país, afinal “Moçambique constitui uma parte importante da extensão histórica e geográfica da iniciativa um cinturão e uma rota em África”, como afirmou o embaixador Su Jian, fica uma dívida de 756.567.361 de dólares norte-americanos, que corresponde ao Orçamento do Conselho Municipal de Maputo para mais de 13 anos. Aliás dava para cobrir o actual Fundo de Compensação

ministro da Economia e Finanças disse que essa é uma responsabilidade da Empresa Maputo Sul. “Eu não posso estar a falar aqui em nome da empresa, gosto também de ouvir qual é a explicação que a empresa vai apresentar ao Governo, não vou agora dar a solução antes da apresentação do problema”, afirmou Adriano Maleiane a jornalistas durante o evento de inauguração.

infraestrutura construída depois da independência de Moçambique, começa já em 2019.

Juros da ponte Maputo – Ka Tembe ultrapassam os 30 milhões de dólares

O @Verdade apurou que o empréstimo concessional, rubricado a 19 de Julho de 2012 pelo então ministro das Finanças, Manuel Chang, tem uma maturidade de 20 anos, quer isto dizer que os moçambicanos vão pagar 4 por cento de juros até 2039 e o custo total da ponte deverá ascender pelo menos 1,3 bilião de dólares norte-americanos.

Não foi possível apurar em que modalidades será amortizado o capital de dívida, todavia o @Verdade entende poderá estar previsto começar a ser pago durante a última década da maturidade,

pela China, através do seu Exim-Bank, o Governo de Filipe Nyusi teve de comparticipar com cerca de 30 milhões de dólares norte-americanos, correspondentes a 5 por cento do custo total da ponte.

Os dados oficiais sobre a dívida de Moçambique à China, consultados pelo @Verdade, indicam que a 31 de Dezembro de 2016 ascendia a 120.922952.000 de meticais (cerca de 2 biliões de dólares norte americanos).

As autoridade moçambicanas indicam que o custo anual de manutenção da ponte será de pelo menos 1 milhão de dólares e é um dado adquirido que o preço das portagens não será suficiente para cobri-lo assim como pagar só os juros de mais de 30 milhões de dólares norte-americanos.

Também é certo que o Município de Maputo não irá arcar com essas despesas que representam mais de metade do seu orçamento anual, que em 2018 cifrou-se em pouco mais de 56 milhões de dólares. Portanto os 28 milhões de moçambicanos irão pagar por esta ponte que não lhes serve.

Recorde-se que o custo inicial da ponte Maputo – Ka Tembe foi de 350 milhões de dólares norte-americanos. Oficialmente o aumento até 785 milhões de dólares deveu-se a inclusão da construção da estrada Ka Tembe até a Ponta de Ouro. Mas a um custo médio de 1 milhões de dólares, por cada um dos 180 quilómetros da estrada construída, mesmo contabilizando as pontecas que foram necessárias edificar, o custo adicional não seria de mais de 200 milhões de dólares em Moçambique ou mesmo em qualquer outro local do globo.



Mas à parte das toneladas de cimento, betão, areia, ferro e outros materiais de construção usados na obra, que é uma afirmação da presença chinesa no

para as 53 Autarquias de Moçambique durante toda década.

Questionado sobre como Moçambique vai pagar esta dívida o



Contudo em Setembro último o Presidente Nyusi revelou, depois de participar no 3º Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), que o período de graça, que foi de 5 anos, terminou e a amortização do empréstimo desta ponte, que não é prioridade para os moçambicanos mas é a mais cara

que é quando Moçambique espera que os cofres dos erário fiquem mais recheados com as receitas fiscais do gás natural que será explorado na Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado.

Importa não esquecer que aos 756 milhões de dólares emprestados

→ continuação Pag. 05 - Discussão entre tia e sobrinho acaba em morte na Beira

com recurso a um ferro, na cabeça da tia, por ter o acusado de roubo do valor em questão, mas não tinha intenção de matá-la.

O adolescente, detido na 3ª. esquadra da Polícia da República de Moçambique (PRM), no bairro de Matacuane, contou ainda que pediu à tia para que parasse de acusá-lo e ambos deviam pedir a intervenção de

terceiros para melhor esclarecimento do facto.

Tendo a tia rejeitado a ideia, “eu disse não levei dinheiro e ela não quis ouvir. Fiquei com nervos, peguei num ferro e bati nela na cabeça”, disse o indiciado.

Ele justificou ainda que quando a tia ficou estatelada no chão

tentou reanimá-la sem sucesso. Desesperado com o que acabava de acontecer, pediu a ajuda de um responsável de igreja, o qual o encaminhou à esquadra.

Sididi Paulo, porta-voz do Comando Provincial da PRM de Sofala, confirmou o facto e disse que a vítima foi socorrida com vida para o hospital, mas morreu no mesmo dia.

Texto: Redacção

Abusador sexual condenado a 24 anos de cadeia em Nampula

Um idoso de 67 anos de idade foi condenado a 24 anos de prisão, na última sexta-feira (09), na cidade de Nampula, capital da província com o mesmo nome, acusado de abusar sexualmente de uma criança de 12 anos de idade e contaminá-la com o vírus da SIDA.

Segundo o tribunal, Paulino Paciel, “mesmo sabendo que está infectado pelo vírus da SIDA e padecia de sífilis – uma doença sexualmente transmissível (DST) – não foi capaz de se abster de praticar o acto criminoso e muito menos usou o preservativo”, disse a juíza do caso, Adelina Vaz, durante a leitura da sentença.

Por isso, o colectivo de juízes julgou, por unanimidade, condenar o réu a pena máxima de 24 anos de prisão e ao pagamento de indemnização de 500 mil meticais à vítima.

Enquanto isso, as autoridades judiciais Nampula prepararam um outro julgamento, no qual um funcionário público é acusado de ter estuprado e engravidado uma menina de 11 anos de idade.

O crime de que ele é indiciado foi descoberto em Setembro passado, após mais um acto de cópula forçada com a vítima.

Trata-se de um cidadão responde pelo nome de José Pereira, afecto à Direcção Provincial das Finanças, em Nampula. Ele foi, recentemente

te, alvo de um mandado de captura por ter sido solto ilegalmente e sem o conhecimento do Ministério Público (MP).

A Polícia da República de Moçambique (PRM), naquele ponto do país, mostrou-se indignada com a soltura e argumentou que os exames médicos feitos à vítima conformam que houve violação sexual.

Refira-se que estes são apenas alguns dos vários casos de agressão sexual que aguardam julgamento em Nampula.

Administração e Finanças do INSS harmonizam procedimentos técnicos

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) realiza nos dias 12 e 13 de Novembro de 2018, na cidade da Beira, província de Sofala, o IIIº Seminário Nacional da Direcção de Administração e Finanças (DAF), com o objectivo de discutir e harmonizar procedimentos técnicos ligados ao sector.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

O encontro, que decorrerá sob o lema “30 Anos Modernizando para Melhor Servir”, contará com a presença de mais de 70 participantes das diversas áreas ligadas à Administração e Finanças, Património e Participações Financeiras, entre directores de Serviço, chefes de Departamento, chefes de Repartição, chefes de Secção e técnicos dos níveis central e provincial.

A cerimónia de abertura do evento será dirigida pelo director geral do INSS, Alfredo Mauaie, e contará, dentre vários convidados, com a presença do director Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Sofala, Jaime Chicamisse, e de parceiros sociais a nível daquela parcela do

País, nomeadamente o Conselho Empresarial Provincial (CEP), a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM) e a Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO).

Serão discutidos no encontro, dentre vários temas, a revisão do Plano de Contas do INSS; o impacto da Política e Estratégia de Investimentos do INSS; o impacto da certidão de quitação automatizada “versus” cobrança da dívida; o ponto de situação do saneamento da dívida de contribuições e os desafios da implementação do Sistema de Informação de Segurança Social de Moçambique (SISS-MO) no INSS.

Mais um cidadão português morto em Maputo

Um empresário de nacionalidade portuguesa foi encontrado sem vida, no último domingo (11), no distrito de Moamba, província de Maputo, depois de ter sido raptado por desconhecidos e o resgate pago mediante a exigência dos supostos criminosos. As autoridades policiais suspeitam que o malogrado tenha sido vítima de gente próxima de si.

Texto: Redacção

Trata-se de José Paulo Antunes Caetano, de 51 anos de idade. A vítima vivia em Moçambique há oito anos e operava no ramo de construção civil alugando máquinas a interessados.

Juarce Martins, chefe de Relações Públicas no Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), na Matola, disse que só tomou conhecimento de que o empresário tinha sido raptado no sábado (11), volvidas mais de 24 horas.

O rapto aconteceu na sexta-feira (09) no bairro de Mussumbuluco, município da Matola. Na tarde de domingo, o corpo da vítima foi encontrado numa pedreira abandonada, no distrito de Moamba, com sinais de facadas no pescoço e num dos braços, segundo o agente da lei e ordem.

O caso foi confirmado pelo secretário de Estado das Comunidades, José Luís Carneiro, em declarações à imprensa portuguesa, parte da qual baseada em Maputo.

Vários portugueses têm sido vítimas de malfetores em Moçambique e os casos continuam sem esclarecimento.

Em Dezembro de 2017, uma lusitana que respondia pelo nome de Inês Botas, de 28 anos de idade, foi assaltada, violentada, amarradas os membros superiores e inferiores e, em seguida, atirada ao rio Púnguê, a 70 quilómetros da cidade da Beira, supostamente com vida, mas no dia seguinte foi achada sem vida.

Um dos indivíduos acusados de envolvimento no crime escapou da Cadeia Central da Beira, em Sofala, no dia 04 de Novembro em curso, e outros dois elementos continuam detidos.

continua Pag. 08 →

Estado deve 10,2 biliões de meticais em reembolsos do IVA ao sector produtivo em Moçambique



O ministro da Economia e Finanças revelou que o Estado moçambicano, mesmo após haver titularizado 8,2 biliões de meticais em reembolsos antigos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), ainda deve mais de 10 biliões de meticais ao sector produtivo moçambicano. "Na verdade estamos mais preocupados com os 2,2 (biliões de meticais) de 2018 que está em análise e queremos ver qual é o saldo que temos nesta conta dos 16 por cento para ver se é suficiente para pagar" explicou Adriano Maleiane.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 08 →

Fístula obstétrica afecta 2.500 mulheres em Moçambique mas só 500 são tratadas

Os serviços de saúde cobrem apenas 500 das 2.500 mulheres e raparigas anualmente afectadas pela fístula obstétrica em Moçambique, disse, esta segunda-feira (12), em Maputo, a ministra da Saúde, Nazira Abdula, e explicou que as restantes pacientes continuam sem acesso aos cuidados de saúde devido à exiguidade de recursos.

Texto e Foto: Emildo Sambo

A fístula obstétrica é uma ruptura no canal vaginal que causa incontinência, ou seja, causa a libertação constante, sem controlo, da urina e noutros casos, de fezes. As suas principais causas são partos prolongados e obstruídos, sobretudo onde o

do pessoal médico treinado para o efeito concorrem igualmente para o problema.

Nazira Abdula disse que a enfermidade leva à grande exclusão social de milhares de mulheres e raparigas. É "previsível e tra-

em idade fértil." Por isso, "urge investir cada vez mais no acesso e disponibilidade de recursos."

A Médicos Sem Fronteira (MSF) os fluidos resultantes da incontinência de urina e/ou fezes "causa um odor desagradável e podem causar ulcerações ou queimaduras nas pernas da mulher.

"Geralmente, as mulheres reduzem drasticamente a ingestão de líquidos, na tentativa de reduzir o fluxo de urina, o que pode resultar em doença renal ou pedras nos rins", diz o organismo no seu sítio de Internet e acrescenta: na maioria dos casos, as mulheres com fístulas obstétricas desenvolvem transtornos psicológicos.

"Devido aos sintomas físicos, elas são

continua Pag. 08 →



acesso a cuidados obstétricos é restrito. Os partos fora dos hospitais e sem o acompanhamento

tável" e constitui um "problema de saúde pública que afecta raparigas e mulheres vulneráveis e

VERDADE

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 07 - Estado deve 10,2 biliões de meticais em reembolsos do IVA ao sector produtivo em Moçambique

Depois de vários anos a cobrar o IVA mas sem reembolsar em 2015 o Governo reconheceu ter acumulado 8,2 biliões de meticais de dívidas ao sector privado que saneou titularizando em Títulos do Tesouro.

Para tentar colmatar a prática de cobrar o Imposto sobre o Valor Acrescentado e usa-lo na totalidade antes de efectuar o seu reembolso o Executivo introduziu o IVA líquido onde 16 por cento, dos 17 por cento de imposto cobrado, passou a ser separado da execução orçamental deficitária e “guardado” numa conta bancária em separado aguardando os eventuais pedidos dedução.

“Se tudo acontecesse tal como tínhamos previsto a questão do reembolso não seria problema mas o que acontece é que como a lei

não prescreve (o reembolso) estamos a que muitos dos pedidos são de anos anteriores”, lamentou o ministro Maleiane.

O titular da Economia e Finanças revelou, nesta segunda-feira (12), durante a sua Audição Parlamentar pela Comissão do Plano e Orçamento, que entretanto novos pedidos de reembolsos do IVA cobrado ao longo dos últimos 5 anos deram entrada na Autoridade Tributária e “o total é de 10,4 biliões de meticais dos quais 9,1 (biliões de meticais) estão em análise”.

“Se houvesse prescrição nós não teríamos esta situação” disse Adriano Maleiane que sugeriu que os deputados da Assembleia da República poderiam ajudar ao Governo passando uma lei que instituisse um tempo fixo para

a reclamação do reembolso do o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

“Estamos a priorizar o IVA líquido, reclamações do ano de 2018”

Maleiane declarou que as Finanças este ano vão: “priorizar o que está dentro do sistema que está em vigor a partir de 2015, relativamente aos outros não prescreveu mas vão compreender que nós precisamos de ter o valor para depois inscrever nos orçamentos, não temos dinheiro orçamento para este e que não sabíamos que passado 5 anos haviam de pedir o reembolso”.

“Deste ano os pedidos que estão em análise são de 2,2 (biliões de meticais), de um total de 3,35 (biliões de meticais)” referiu o governante

que explicou que a diferença entre o total de reembolsos pedidos e o montante que está a ser analisado corresponde a valor já pagou ou indeferidos por não reunirem os requisitos necessários.

Adriano Maleiane explicou ainda aos deputados da Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República que após a análise em curso dos 2,2 biliões de meticais referentes a reembolsos do exercício de 2018 o Governo ainda tem que “ver qual é o saldo que temos nesta conta dos 16 por cento para ver se é suficiente para pagar e tomar as decisões que forem necessárias. Estamos a priorizar o IVA líquido, reclamações do ano de 2018”.

“Os 16 por cento foram calculados com base de observação, em média o total

das dos pedidos de reembolsos do imposto cobrado. Mas isto só é prático para o mesmo exercício fiscal, se entram pedidos de anos anterior perturbam este esquema” aclarou o ministro da Economia e Finanças que terminou com um apelo: “se calhar uma das formas é trazermos aqui uma legislação para termos um período de prescrição (do pedido de reembolso do IVA)”.

“Enquanto não houver um período de prescrição tudo isto vamos continuar a ter, porque 16 por cento é para aquele e ano e os pedidos de anos anteriores nem sequer encontram cabimento no Orçamento, por exemplo estes 9,1 (biliões de meticais) não temos condições para pagar, temos que inscrever no Orçamento seguinte” concluiu Adriano Maleiane.

CFM acusa MetroBus de não pagar “access fee” da linha e violação de normas de segurança

Os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) afirmam não serem responsáveis pelo agravamento das tarifas do MetroBus e acusam a empresa de operar “sem pagar o access fee” da linha-férrea e circular “sem obediência às normas de segurança”.

Texto: Redacção

Na sequência do anúncio da empresa que gere o sistema integrado de autocarros e automotoras na região metropolitana de Maputo do reajuste das suas tarifas, a partir de Dezembro, dentre vários motivos pela “falta de acesso às linhas férreas” os CFM revelaram que: “Volvido 1 ano, constatámos que a MetroBus está com enormes dificuldades de cumprir com o que foi acordado, designadamente a questão do pagamento pelo uso da Linha (access fee), bem como e, sobretudo, ao cumprimento das Normas de Sistema de Gestão de Segurança Ferroviária, e outras obrigações contratuais”.

Distanciando-se da promessa do Governo em subsidiar os passageiros da empresa privada os CFM indicam em comunicado enviado ao @Verdade que “tem estado a notificar a MetroBus (sem sucesso), sobre a necessidade de observância dos requisitos de segurança para o transporte ferroviário de passageiros, acto que até ao momento, ainda não o fez, o que nos poderá, a qualquer momento, obrigar a interditar a circulação dos seus comboios”.

“Assim como, em relação à alegada “recusa” do CFM em permitir a colocação da cobertura (canopies) no Cais de embarque nas estações de Beluluane e Daniel, tal não constitui verdade; O CFM solicitou a MetroBus, que fizessem um pedido formal anexando o Projecto das coberturas, onde deveriam constar todos os aspectos de segurança; Não vamos nós permitir a construção de qualquer infraestrutura sem, no mínimo, visualizarmos o projecto, colocando em risco a vida dos utentes”, refere o documento que estamos a citar.

“Não nos parece ético da parte da MetroBus, justificar o aumento de tarifas dos seus comboios atribuindo culpa ao CFM” indica ainda o comunicado.



Confrontada pelo @Verdade a MetroBus esclareceu que: “O processo de negociação sobre a taxa a pagar, vulgo “access fee”, ainda se encontra a decorrer entre as partes, motivo pelo qual não assumimos qualquer tipo de dívida”.

“Para o nosso Grupo a segurança (safety) vem sempre em primeiro, isso e demonstrado pelos mais de 130 milhões de quilómetros com máxima segurança percorridos desde há 8 anos pelos diferentes serviços de mobilidade do Grupo, para além da segurança dos nossos utentes estar ainda mais em primeiro”, explicou a empresa sobre a alegada falta de obediência às normas de segurança.

Questionado pelo @Verdade se este diferendo poderá afectar o transporte de passageiros a MetroBus disse que: “Esta situação é normal acontecer quando dois modelos de negócio, um inovador e revolucionário na forma da mobilidade das pessoas e, o outro já Centenário se encontram, no entanto em nada irá afectar o transporte de passageiros e no fim do dia as duas Instituições vão encontrar uma forma de entendimento, como tem acontecido sempre até ao momento.

→ continuação Pag. 07 - Mais um cidadão português morto em Maputo

No começo deste ano, uma cidadã portuguesa também perdeu a vida em circunstâncias ainda por esclarecer. Trata-se de Maria Laura da Silva Pereira, cerca de 70 anos de idade, que morreu no Hospital Provincial de Chimoio para onde havia sido levada para receber tratamentos.

Ela foi encontrada desfalecida na sala de estar na sua própria residência. Exames feitos por peritos de medicina legal indicam que ela foi vítima de agressão física perpetrada por gentes desconhecidas.

Mas os crimes contra portugueses não cessam aí. Na noite do dia 03 de Janeiro deste ano, uma anciã portuguesa, de 77 anos de idade, foi morta com recurso a instrumentos contundentes na cidade de Chimoio, província de Manica, por pessoas alegadamente desconhecidas. É mais um crime que continua por esclarecimento.

A 23 de Novembro de 2016, um empresário português, ligado a produção espectáculos, aluguer de som e luz, o qual respondia pelo nome de Joaquim Cavaco Malagueira, de 75 anos de idade, foi assassinado na sua casa, na capital moçambicana.

Aliás, lá vão meses a fio que ainda é desconhecido o paradeiro do empresário português, Américo António Melo Sebastião, raptado no distrito de Maríngue, em Sofala, por indivíduos não identificados.

Apesar da pressão do Governo e da imprensa portuguesa, o Executivo Governo moçambicano não forneceu informações concretas sobre o assunto que causou uma profunda crispação diplomática entre Portugal e Moçambique.

O ministro do Interior, Jaime Basílio Monteiro, teve de ir a Portugal para tentar suavizar o mal-estar entre os dois países.

→ continuação Pag. 07 - Fistula obstétrica afecta 2.500 mulheres em Moçambique mas só 500 são tratadas

constantemente excluídas pela comunidade e abandonadas por seus maridos.”

O coordenador do Programa Nacional de Fistulas Obstétricas em Moçambique, Armando Melo, as províncias onde há mais vítimas desta enfermidade são Nampula, Zambézia, Niassa, Manica, Tete e Inhambane.

Neste contexto, a ministra da Saúde disse que a fistula obstétrica é agravada pelas “elevadas taxas de gravidez na adolescência, práticas tradicionais prejudiciais e falta de acesso pelas raparigas e mulheres a serviços de saúde sexual e reprodutiva de rotina e a cuidados obstétricos de emergência.”

Falando na segunda reunião nacional de fistula obstétrica, Nazira Abdula admitiu que a situação é mais dramática nas zonas rurais, onde as distâncias para se ter acesso às unidades sanitárias com cuidados de emergência são longas.

Contudo, as unidades sanitárias que prestam cuidados obstétricos de emergência básicos no país aumentaram de 119, em 2014, para 550, os dias que correm, por exemplo.

Para Andrea Wojnar, representante do Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA) em Moçambique, a fistula obstétrica é um exemplo de violência contra as mulheres e raparigas (...).

Em África, Moçambique tem a segunda maior taxa de prevalência e dos 2.500 casos registados anualmente, cerca da metade acomete jovens com idades compreendidas entre 15 e 24 anos.

Por isso, o compromisso segundo o qual “ninguém deve ficar para trás” na prevenção e tratamento da fistula obstétrica só pode ser materializado se, entre várias actividades, for assegurado o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutivos a todos os jovens, bem como o acesso ao planeamento familiar.

Mais do que isso, é imperioso combater as desigualdades sociais, económicas e as normas culturais e discriminatórias de género que resultam em atitudes e práticas negativas contra as mulheres e raparigas, segundo a fonte.

Por sua vez, o vice-ministro do Género, Criança e Acção Social, Lucas Mangrassé, disse que é preciso envolver activamente os homens no combate à fistula obstétrica e consciencializá-los sobre a necessidade de não marginalizar as doentes.

Homem morre carbonizado na Maxixe

Um homem de 41 anos de idade morreu carbonizado no interior da sua própria residência, no último fim-de-semana, na cidade da Maxixe, província de Inhambane. A causa mais provável do incêndio foi uma beata de cigarro que a vítima deixou acesa.

Texto: Redacção

O fogo começou por volta das 16h00, no bairro Malalane. O malogrado respondia pelo nome de Domingos Massanganhe.

Reginaldo Massanganhe, irmão do finado, contou que o incêndio deflagrou pouco tempo depois do malogrado ter regressado dos seus habituais pequenos trabalhos remunerados e suspeita-se que ele tenha estado a fumar deitado e atirou uma beata de cigarro próximo de pertencentes inflamáveis.

A casa onde Domingos vivia era uma cabana erguida com base em material precário e altamente inflamável. Os vizinhos e familiares tentaram, sem sucesso, evitar o pior.

Travessia de pontes em Moçambique mais caras 25 a 400 por cento



Aplicando a sua política de moçambicano pagador o Governo de Filipe Nyusi decidiu aumentar entre 25 a 400 por cento a taxa de portagens para a travessia das principais pontes no nosso país e ainda introduziu a sua cobrança onde era grátis (nas pontes de Lucite, Goba, Licungo, Ligonha, Lúrio e Púnguê Sul). Por ironia do destino o aumento mais alto será para os residentes das imediações da ponte Armando Emílio Guebuza.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

Polícia detém primeiro suspeito de violar e matar criança na Matola

A Polícia da República de Moçambique (PRM), na Matola, deteve um indivíduo de 30 anos de idade em conexão com a violação sexual e assassinato de uma criança de sete anos de idade no bairro Infulene "D", no município da Matola, província de Maputo.

Texto: Redacção

A vítima, cujo enterro aconteceu nesta terça-feira (13), foi dada como desaparecida pelos pais, durante o regresso da escola. Mas, infelizmente, a mesma foi encontrada sem vida e supostamente com sinais de estupro, na manhã do último domingo (11).

O corpo teria sido descoberto num saco e não muito longe da casa dos progenitores. Das investigações feitas, as autoridades policiais apuraram que o crime foi cometido por três indivíduos, por sinal conhecidos naquela zona onde vivem num quarto arrendado, há pelo menos quatro meses.

A. Pinto é o único detido na 7ª. esquadra da PRM, no bairro de T-3 e os seus presumíveis comparsas estão foragidos.

No primeiro interrogatório policial, o jovem, pedreiro de profissão e pai de uma miúda de 10 anos de idade, negou ter estuprado a vítima e argumentou

que não a conhece.

Porém, assumiu que no dia dos factos ele esteve a consumir bebidas alcoólicas nas proximidades com os amigos.

Segundo Fernando Manhiça, porta-voz do Comando Provincial da PRM, na Matola, os três suspeitos violaram a criança e asfixiaram-na porque recebiam que a mesma os tinha reconhecido.

Consumado o acto, eles abandonaram o corpo e continuaram a embebedar-se, enquanto planeavam como se livrar dele. Volvidas algumas horas, eles retornaram e dirigiram-se a uma casa próxima onde pediram um saco para supostamente recolher lixo.

Pinto e os comparsas já estiveram detidos na Cadeia de Máxima Segurança, vulgo B.O, por prática de outros crimes, de acordo com o agente da lei e ordem.

Frustrado contrabando de peças de cornos de rinoceronte para China

Um cidadão de nacionalidade chinesa caiu nas mãos da Polícia moçambicana, na semana passado, na cidade de Maputo, acusado de posse de nove quilogramas de peças de cornos de rinoceronte.

Texto: Redacção

Em Moçambique, a destruição das áreas de conservação e a caça de animais protegidos, dos quais o elefante e o rinoceronte, é um crime punível nos termos da Lei da Conservação (Lei no. 16/2014, de 16 de Junho). Porém, vários indivíduos, mormente estrangeiros, não se sentem dissuadidos.

A detenção do indiciado a que o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) se refere aconteceu no dia 07 de Novembro corrente.

De 49 anos de idade, o suspeito responde pelo nome F. Zheg. Ele pretendia seguir viagem no voo do Qatar Airways, no Aeroporto Internacional de Maputo.

Em comunicado enviado ao @Verdade, a corporação fala também da apreensão de 10 pontas de marfim. Porém, não forneceu detalhes sobre o facto.

No país, as autoridades da Justi-



ça têm solto caçadores furtivos, incluindo os detidos em flagrantes, mediante caução. O facto cria constrangimento à Polícia e aos demais sectores de floresta e fauna bravia.

Ainda na semana finda, as autoridades policiais confiscaram 2.050 litros de diesel e 180 toros de madeira de espécie monzo, que estavam na rota do contrabando.

Numa outra operação, 15 armas de fogo foram apreendidas, das quais duas do tipo AK-47, três pistolas e 10 caçadeiras.



→ continuação Pag. 09 - Travessia de pontes em Moçambique mais caras 25 a 400 por cento

Com cada vez menos financiamento externo, devido as dívidas ilegais, aliando ao endividamento exponencial do país o Executivo vê como alternativa esmiúçar ainda mais os cidadãos honestos e trabalhadores. Quase secretamente o Conselho de Ministros aprovou no passado dia 11 de Setembro o Regulamento de fixação e cobrança de taxas de portagens nas travessias de pontes.

O @Verdade descobriu que através do Boletim da República número 213, da I Série, estão em vigor desde o passado dia 1 de Novembro novos preços para a travessia da ponte Armando Emilio Guebuza, sobre o rio Zambeze, nas províncias de Sofala e da Zâmbézia.

Os veículos ligeiros que pagavam 80 meticaís passam a pagar 100, os automóveis pesados médios que pagavam 100 pagam agora 150 meticaís, os veículos pesados de grande porte tiveram a taxa agravada de 400 para 500 meticaís enquanto os veículos pesados de grande porte com cinco ou mais eixos pagam 1000 meticaís, contra os anteriores 800.

No entanto o @Verdade apurou que o aumento percentual mais alto foi aplicado a taxa mensal de 100 meticaís que os residentes locais com carros ligeiros pagavam, aumentou 400 por cento para 500 meticaís. Já os veículos de transporte urbano semi-colectivo de passageiros passaram a pagar 1000 meticaís mensais.

Tabela II - Taxas de Portagem na Ponte Armando Emilio Guebuza sobre o Rio Zambeze em Sofala e Zâmbézia

Classe de Veículos	Taxas em Vigor (MT)	Taxas Propostas (MT)	% de Incremento
1. Taxa normal para único sentido			
Classe 1	80	100	25%
Classe 2	100	150	50%
Classe 3	400	500	25%
Classe 4	800	1000	25%
2. Taxas Mensais para Residentes Locais			
Classe I	100	500	400%
Classe II (Veículos de transporte urbano semi-colectivo de passageiros)	N/A	1000	N/A

Já os automobilistas que cruzarem as pontes de Xai-Xai, Guijá, Moamba, Save, Lugela ou da Ilha de Moçambique estão sujeitos a aumentos que variam entre os 100 e 275 por cento. Carros ligeiros passam a pagar 25 meticaís, os automóveis pesados médios 50 meticaís, os carros pesados de grande porte 150 meticaís e os veículos pesados de grande porte com cinco ou mais eixos pagam 200 meticaís. Os residentes locais com carros ligeiros pagam 150 meticaís mensais e os automóveis de transporte urbano semi-colectivo de passageiros pagam 300 meticaís mensais.

Tabela III - Taxas de Portagem nas Pontes de Xai-Xai, Guijá, Moamba, Save, Lugela, Ilha de Moçambique

Classe de Veículos	Taxas em Vigor (MT)	Taxas Propostas (MT)	% de Incremento
1. Taxa normal para único sentido			
Classe 1	10	25	150%
Classe 2	20	50	150%
Classe 3	40	150	275%
Classe 4	100	200	100%
2. Taxas Mensais para Residentes Locais			
Classe I	100	150	50%
Classe II (Veículos de transporte urbano semi-colectivo de passageiros)	0	300	N/A

Multa por infracções é 20 vezes o valor da respectiva taxa de portagem

Entretanto o @Verdade descortinou que o Governo decidiu introduzir taxas de portagens nas pontes de Lucite, Goba, Licungo, Ligonha, Lúrio e Púnguê Sul. São 25 meticaís para veículos ligeiros, 50 para os automóveis pesados médios, 150 meticaís pagam os carros pesados de grande porte e 200 meticaís é a taxa para os veículos pesados de grande porte com cinco ou mais eixos. Os residentes locais com viaturas ligeiros tem uma taxa mensal de 150 meticaís enquanto os automóveis de transporte urbano semi-colectivo de passagei-

ros pagam 300 meticaís mensais.

Tabela I - Taxas de Portagem nas Pontes de Lucite, Goba, Licungo (Mocuba), Ligonha, Lúrio e Púnguê Sul.

Classe de Veículos	Taxa (MT)
1. Taxa normal para único sentido	
Classe 1	25,00
Classe 2	50,00
Classe 3	150,00
Classe 4	200,00
2. Taxas Mensais Para Residentes Locais	
Classe I	150,00
Classe II	300,00

Estas novas taxas foram aprovadas antes da introdução da portagem na megalómana ponte Maputo - Ka Tembe onde os carros ligeiros pagam 160 meticaís, os automóveis pesados médios 320 meticaís, os veículos pesados de grande porte 750 meticaís e os veículos pesados de grande porte com cinco ou mais eixos pagam 1200 meticaís.

O documento que o @Verdade está a citar ressalva que são isentos do pagamento de portagens na travessia das pontes o veículo do Presidente da República e sua comitiva, do Governador provincial e comitiva, carros militares e da polícia, ambulâncias e pronto-socorros dos bombeiros.

O não pagamento da taxa de portagem, a destruição da infraestrutura da portagem, a abertura não autorizada da cancela ou invasão da portagem assim como a passagem em contra-mão é punida com multa correspondente "a 20 vezes o valor da respectiva taxa de portagem".

O @Verdade apurou ainda que as taxas arrecadas com a cobrança de portagens tem correspondido a insignificante 1 por cento das receitas globais do Fundo de Estradas que tem como maior fonte de receitas créditos externos e a taxa sobre combustíveis que todos os automobilistas pagam sempre que atestam os seus carros.

Presidente do Tribunal Supremo pede rispidez contra aqueles que abusam das crianças e dos seus direitos

Presidente do Tribunal Supremo pede rispidez contra aqueles que abusam das crianças e dos seus direitos

Texto: Redacção

A violação sexual, as ofensas corporais, os raptos, os trabalhos infantis e o não pagamento de pensões de alimentos a menores são condutas que devem ser punidas sem complacência.

"Nos últimos anos temos assistido a uma tendência de um significativo aumento de processos judiciais na fixação de pensão alimentar, regulação do poder parental e averiguação oficiosa de paternidade, sinais claros de erosão dos laços de afecto e solidariedade", afirmou a fonte.

O interlocutor não ignorou os casos de agressão sexual que acontecem um pouco por todo o país, mormente nos centros urbanos. Frisou que não se deve consentir que o "judiciário seja o elo fraco" na árdua tarefa de assegurar que os peizinhos cresçam saudáveis e livres dos malefícios a que têm sido sujeitos. Os direitos das crianças não podem, acima de tudo, ficar em xeque.

Muchanga fez estes pronunciamentos na segunda-feira (12), na cidade de Nampula, na abertura da reunião nacional dos magistrados e outros intervenientes considerados relevantes no sector judiciário.

"Uma criança negligenciada, abusada e traumatizada transporta uma semente de violência que irá acompanhá-la na vida adulta", por isso, vincou Muchanga, no evento que decorre sob o lema "As Crianças do Amanhã", que "uma sociedade que se preocupa com o seu sucesso no futuro deve investir seriamente no desenvolvimento harmonioso das suas crianças."

Ainda de acordo com ele, "a responsabilidade de proteger a criança deve ser partilhada" e cabe aos magistrados instruir e julgar os processos "com rigor, seriedade e integridade, tomando as decisões de forma célere e passando a mensagem de intolerância para casos de violação grosseira dos direitos da criança."

Às administrações marítimas de Nacala, Angoche e Pemba: MTC reforça com meios de segurança no transporte de pessoas e bens

O Ministério dos Transportes e Comunicações está a reforçar a capacidade de fiscalização, controlo das actividades marítimas, bem como busca e salvamento, em caso de ocorrência de acidentes marítimos. Trata-se de um lote de três embarcações flexíveis, com motor "fora de bordo", com potência de 2X115CV alocadas às Administrações Marítimas de Nacala e Angoche, em Nampula e Pemba, capital de Cabo Delgado.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Avalladas em cerca de 39 milhões de meticaís, as embarcações foram adquiridas pelo Governo para responder à necessidade de dotar as Administrações Marítimas, órgãos locais do Instituto Nacional da Marinha (INAMAR), de meios para o reforço da segurança no transporte de pessoas e bens na costa moçambicana.



Falando na cerimónia simbólica de entrega das embarcações na Administração Marítima de Pemba, o Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita disse que o Governo está preocupado em garantir a segurança marítima, por isso continuará a alocar meios diversos para que as autoridades marítimas cumpram com o seu papel de monitoria do transporte de pessoas e bens no mar.

Respondendo à preocupação da

falta de rebocador no Porto de Pemba, Mesquita anunciou que está para breve a alocação de um rebocador para aquele porto, para garantir manobras seguras de atracação e desatracação de navios, particularmente os petroleiros.

"Continuamos a trabalhar para dotar o Porto de Pemba de maior capacidade de manuseamento de cargas. Em breve, vamos alocar um rebocador vindo do Porto da Beira, para além de estarmos a

neste porto para atender à demanda", disse.

Mesquita observou que - da coordenação a ser feita entre os gestores do Porto de Pemba, sector empresarial e companhias de navegação - deve resultar no aumento de frequência de navios para o Porto de Pemba, garantindo desse modo melhor oportunidade e competitividade, ao invés de as exportações e importações de Cabo Delgado terem que escalear o Porto de Nacala.

Autárquicas 2018: Conselho Constitucional anula eleição em Marromeu e valida resultados de 52 municípios

O Conselho Constitucional (CC) validou e proclamou, esta quarta-feira (14), os resultados das eleições autárquicas de 10 de Outubro passado, excepto no município de Marromeu, onde constatou que durante o apuramento parcial "houve situações graves irregularidades que puseram em causa a liberdade, a justiça e a transparência" do processo em pelo menos oito das 39 mesas de assembleias de voto.

Texto & Foto: Emildo Sambo



Hermenegildo Gamito, presidente do chamado mais alto órgão em matéria constitucional e eleitoral em Moçambique, disse, na leitura do Acórdão nº. 27/CC/2018, de 13 de Novembro, que, pese embora se tenha negado provimento ao recurso interposto pelo partido Renamo (...), por incumprimento do pressuposto processual de impugnação prévia, "não valida a eleição realizada na autarquia da vila de Marromeu."

Por conseguinte, é anulada a eleição ocorrida em oito mesas de votação, com os códigos seguintes: Escola Primária 25 de Junho: 07127-01, 07127-03, 07127-05, 07127-06, 07127-07 e 07127-08. Escola Samora Machel: 07130-02 e 07130-03.

A invalidação dos resultados em questão é fundamentada nos termos do nº. 1 do artigo 144 da Lei nº 7/2018, de 3 de Agosto. Ou seja, ocorreram "ilegalidades que influem substancialmente no resultado geral da eleição."

A decisão do CC é endossada pelo Tribunal Judicial do Distrito de Marromeu e pela Polícia da República Moçambique (PRM), os quais confirmaram que as anomalias detectadas no dia da votação foram graves de tal sorte que "não havia clima para apresentação de reclamações, devido aos tumultos que se verificaram" nas oito mesas em questão.

Assim, segundo o nº. 2 do artigo 144 da lei acima aludida, a eleição em Marromeu deverá ser repetida "até ao segundo domingo posterior à decisão, em data a fixar pelo Conselho de Ministros sob proposta da Comissão Nacional

[continua Pag. 12](#)

Fundo Soberano de Moçambique adiado, Nyusi está a gastar Mais-Valias na sua reeleição



Enquanto o Presidente Filipe Nyusi está a "colher experiência" de como a Noruega criou e gere o seu Fundo Soberano constituído com receitas da indústria extrativa o @Verdade apurou que os 20,7 biliões de meticais arrecadados como Mais-Valias no negócio entre a Eni e a ExxonMobil, estão a ser gastos em acções de campanha eleitoral, esfumando a expectativa dos moçambicanos iniciarem já o seu Fundo Soberano. "Mais-Valia é uma receita transitória e como Governo temos a autorização automática, através da Lei Orçamental, para gastar" explicou o ministro da Economia e Finanças.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

[continua Pag. 12](#)

Autárquicas 2018: Novas leis eleitorais aprovadas pelo Parlamento são difíceis interpretar e retrocedem a democracia participativa

O mais alto órgão em matéria constitucional e eleitoral em Moçambique tece duras críticas às leis no. 6/2018 e 7/2018, ambas de 3 de Agosto, bem como à Lei no. 1/2018, de 12 de Junho, Lei de Revisão Pontual da Constituição da República, no contexto da qual foram aprovadas as primeiras duas normas, com o argumento de consolidação da reforma democrática do Estado e para a garantia da paz efectiva. Só faltou dizer que os textos em questão foram aprovados sobre o joelho e atabalhoadamente.

Texto: Emildo Sambo

No Acórdão nº. 27/CC/2018, de 13 de Novembro, sobre a validação e proclamação dos resultados das eleições autárquicas realizadas a 10 de Outubro último, apresentado esta quarta-feira (14), em Maputo, o Conselho Constitucional (CC) começa por dizer que as leis sobre as autarquias locais consistiram na alteração dos números 3, 4 e 5 do artigo 275 da Constituição de 2004 e aditados os números 4A, 4B, 4C e 4D ao mesmo artigo.

Porém, na republicação da Constituição alterada, conforme ordena o nº 2 do artigo 296 da Constituição de 2004, "o referido artigo 275 passou a figurar no novo texto como artigo 289, numa clara violação do nº 1 do artigo 296 da Constituição de 2004, que determina que as alterações da Constituição são inseridas no lugar próprio, mediante as substituições, as supressões e os aditamentos necessários."

A consequência disso, de acordo com o presidente daquele órgão, Hermenegildo Gamito, é a dificuldade na consulta e

manuseio do novo texto constitucional, que mais parece uma nova Constituição quando, na verdade, se trata de uma mera revisão pontual (...).

No que diz respeito às leis no. 6/2018 e 7/2018, ambas de 3 de Agosto, aprovadas para densificar as alterações constitucionais, há também problemas.

Por exemplo, a Lei nº. 7/2018, que norteou a realização das eleições de 10 de Outubro, "representou um retrocesso face ao pacote eleitoral aprovado em 2014". A consequência imediata foi o indeferimento de algumas candidaturas, "facto que a opinião pública atribui não ao legislador, mas a má vontade dos aplicadores da lei."

A lei em questão voltou ao conceito de "(...) irregularidades formais, de natureza não substancial (...)" [nº.1 do artigo 22] e "só permite a substituição de qualquer candidatura até ao último dia da entrega das listas à Comissão Nacional de Eleições (CNE), nomeadamente em caso de desis-

tência do candidato [alínea c) do nº 1 do artigo 29]."

Todavia, esgotado aquele prazo, prossegue o CC, não há espaço para a substituição de qualquer candidato por outra pessoa fora da lista, mesmo em caso de rejeição por inelegibilidade, morte ou desistência, a não ser por suplentes e, esgotados estes, a lista não subsiste [artigos 23, 29 e 30].

Adicionalmente, o artigo 23 da mesma Lei nº. 7/2018, ao determinar, taxativamente, que uma lista de candidatura (...) é definitivamente rejeitada por falta de suplentes na lista entregue à CNE até ao termo do prazo de propositura e não for possível perfazer o número legal dos candidatos efectivos e de pelo menos três suplentes, permite a criação de "manobra de má fé" entre os integrantes duma lista e não só.

Acontece, segundo a explicação do CC que, os componentes de uma determinada lista podem

[continua Pag. 12](#)



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 11 - Fundo Soberano de Moçambique adiado, Nyusi está a gastar Mais-Valias na sua reeleição

O ministro Adriano Maleiane confirmou nesta segunda-feira (12) a revelação do @Verdade que o Governo já começou a gastar as receitas fiscais de Mais-Valias cobradas em 2017, pela venda de uma fatia da participação da ENI na Área 4 da Bacia do Rovuma à ExxonMobil.

“A interpretação que nós temos é que Mais-Valia é uma receita transitória e como Governo temos a autorização automática, através da Lei Orçamental, para gastar no investimento, na amortização da dívida e em acções de emergência. Portanto não está escrito que temos de voltar a Assembleia da República quando já temos através da Lei (Orçamental) a autorização”, começou por explicar o governante aos deputados da Comissão do Plano e Orçamento do Parlamento.

Maleiane revelou que “dos 20,7 biliões programamos 5,2 biliões para 2019, como consta da proposta de Orçamento”.

O @Verdade verificou que na proposta de Orçamento de Estado para 2019 estão destacados dentre vários “projectos de investimento” que ficaram suspensos aquando da descoberta das dívidas ilegais da Proindicus e MAM infraestruturas de nível III e II para a Saúde, a reabilitação de sistema de água do Chibuto, Alto Molócue, Massangena, Chigubo, Mabote, Guro, Milange, Chiúre e também a expansão e reabilitação de sistemas de água urbana e a construção de pequenas barragens. Fazem ainda parte do rol de obras a serem efectuadas com as Mais-Valias a implementação do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural, o Projecto integrado de saneamento, o Programa Nacional de Obras Hidráulicas e a reabilitação da Estrada Nacional número 1 (nos troços Chimuará-Nicoadala, rio Lúrio - Metoro e ponte do rio Lúrio e rio Save - Muari).

→ continuação Pag. 11 - Autárquicas 2018: Conselho Constitucional anula eleição em Marroneu e valida resultados de 52 municípios

de Eleições (CNE).”

O segundo domingo coincide com o dia 25 de Novembro em curso. Todavia, a lei eleitoral – especificamente o já mencionado nº. 2 do artigo 144 – é muito vaga relativamente ao local onde a eleição deve ser repetida: se é apenas nas oito assembleias de voto ou é em todas as 39 da autarquia de Marroneu.

Relativamente às 52 autarquias onde os resultados eleitorais foram validados e proclamados, o CC relata ter tido o pronunciamento do Ministério Público. Este concluiu que “(...) o processo eleitoral não enferma de qualquer vício de forma ou de fundo e as ilegalidades e irregularidades verificadas e por nós analisadas, não influenciaram os resultados obtidos (...)”.

Quadro 16. Amostra de Projectos de Investimento

Acção - Código	Acção	Despesa de Investimento		
		Externo	Interno	TOTAL
Em Milhões de MT				
EDUCAÇÃO				
MEC-2013-0019	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CARTERAS ESCOLARES	5.467,5	1.466,4	6.933,9
MEC-2006-0001	CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULAS	-	1.303,9	1.303,9
MEC-2007-0033	LIVRO ESCOLAR	444,1	270,4	714,5
MEC-2010-0013	REABILITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS SECUNDARIAS	1.118,2	2,9	1.121,1
MEC-2013-0001	PROJECTO - PILOTO DE ENSINO PRE-ESCOLAR	51,6	12,0	63,6
MEC-2016-0006	RECUPERAÇÃO RESILIENTE DE INFRAESTRUTURAS ESCOLARES	252,7	-	252,7
MEC-2010-0014	CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS	179,4	-	179,4
MEC-2010-0014	CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS	51,5	-	51,5
NAM-2011-0031	CONSTRUÇÃO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RAZ DA UP QUELIMANE	-	28,0	28,0
MCT-2018-0010	SUPORTE AO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL EM MOÇAMBIQUE	53,6	-	53,6
SOP-2012-0043	CONSTRUÇÃO DE CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RAZ NO DONGO	-	26,4	26,4
MCT-2016-0045	CONSTRUÇÃO DO INST. SUP. CIÊNCIAS AGRÁRIAS DE MICULUBURI	-	26,0	26,0
SAÚDE				
		4.146,2	1.714,1	5.860,3
CAB-2017-0069	CONCLUSÃO DOS CENTROS DE SAÚDE TIPO I EM NEGOMANO EM MUEDE E TIPO II EM CHIMULU EM NAMUNDO	-	10,0	10,0
CID-2017-0028	REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO BLOCO DE FISIOTERAPIA DO HOSPITAL GERAL JOSÉ MACAMO	-	10,5	10,5
CID-2017-0030	REABILITAÇÃO DO SISTEMA HIDRÁULICO DO HOSPITAL GERAL POLANA CANICO	-	12,0	12,0
GAZ-2015-0032	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE MANJANGUE	-	9,0	9,0
GAZ-2016-0073	REABILITAÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFUNCIONALIZAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CHICUALACUALA	-	4,5	4,5
GAZ-2017-0035	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE SAÚDE DE TIPO I NO DISTRITO DE LIMPOPO	-	8,1	8,1
SAU-2009-0035	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NÍVEL III	-	99,6	99,6
SAU-2009-0036	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NÍVEL II	-	335,9	335,9
SAU-2012-0026	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO CIRÚRGICO E HOSPITALAR (SE-PRO)	-	170,3	170,3
SAU-2015-0006	REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO SERVIÇO DE URGENCIAS DO HCM - SUR	-	8,9	8,9
SAU-2018-0009	APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE AO HIV/SIDA - PG	141,4	-	141,4
SAU-2018-0005	APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE A TUBERCULOSE PG	107,4	-	107,4
SAU-2018-0007	APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE A MALARIA - PG	51,6	-	51,6
SAU-2018-0003	PORTALCIMENTOS DO SISTEMA DE SAÚDE - GAVI-HSS	108,1	-	108,1
INFRAESTRUTURAS (Estradas, Águas e Obras Públicas)		24.553,8	10.376,4	34.930,1
CAB-2016-0045	REABILITAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA VILA DO BNO	-	10,6	10,6
GAZ-2016-0054	CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS MULTIFUNÇÃOIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	-	28,5	28,5
MAN-2015-0034	CONSTRUÇÃO DE 15 PUROS NOS DISTRITOS DE MACHAZE (SE GONDOLA) (II)	-	11,4	11,4
MDP-111-005-21-A	INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS-MELHORAMENTO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS-01	141,7	-	141,7
MOP-1982-0001	MANUTENÇÃO DA BARRAGEM DOS PEQUENOS LIGUENOS	-	26,9	26,9
MOP-2011-0014	REABILITAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE CHIBUTO	-	42,7	42,7
MOP-2011-0029	REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA URBANA	-	836,3	836,3
MOP-2015-0034	REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA VILA DE ALTO MOLOCUE	-	113,3	113,3
MOP-2015-0025	REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MASSANGENA	-	57,6	57,6
MOP-2015-0026	REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A VILA SEDE DE CHIGU	-	39,7	39,7
MOP-2015-0027	REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A VILA DE MAROTE	-	63,6	63,6
MOP-2015-0028	REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE GURO-SEDE	-	52,7	52,7
MOP-2015-0029	REABILITAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO MUNICÍPIO DE MILANGE	-	115,3	115,3
MOP-2015-0031	REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO MUNICÍPIO DE CHI	-	77,5	77,5
MOP-2008-0020	REABILITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS	-	142,1	142,1
MOP-2000-0001	PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DE ÁGUAS II	-	494,1	494,1
MOP-2004-0018	REABILITAÇÃO DE ESTRADAS REGIONAIS	578,3	8,9	587,2
MOP-2009-0002	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTADAS	-	749,9	749,9
MOP-2009-0003	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DISTRITAIS	780,0	250,4	1.030,4

4,2 biliões de meticais das Mais-Valias para pagar a dívida com fornecedores de bens e serviços

O ministro revelou ainda que cerca de 3 biliões de meticais já estão a ser gastos no Orçamento de Estado de 2018 “para a construção de sistemas de abastecimento de água e saneamento no montante de 1,6 bilião”, em alusão ao Programa Água para Vida lançado pelo Presidente Filipe Nyusi em Mueda no passado dia 1 de Outubro, naquele que terá sido o acto de lançamento da campanha para a sua reeleição em 2019.

Na Audição Parlamentar Adriano Maleiane precisou que 145 milhões de meticais das Mais-Valias foram usados para a manutenção de emergência da Estrada Nacional número 1, “em pontos críticos como Pambarrá – rio Save e Inchope até Caia”.

Outros 757 milhões de meticais foram canalizados para a construção, reabilitação e apetrecha-

mento dez hospitais que estavam previstos ser edificados em 2016, mas com o corte do apoio dos Parceiros Internacionais (na sequência da descoberta das dívidas da Proindicus e MAM) tiveram as obras paralisadas.

O titular da Economia e Finanças revelou ainda 149 milhões de meticais foram usados na construção de infraestruturas de Educação, também suspensas em 2016 devido a descoberta das dívidas ilegais e mais 358 milhões de meticais foram usados na construção de infraestruturas do ensino técnico e profissional.

Entretanto o @Verdade descobriu que o Executivo vai usar mais 4,2 biliões de meticais das Mais-Valias para pagar a dívida acumulada desde 2007 com 2.675 empresas que forneceram bens e serviços. “Tudo esta sendo feito e nós estamos convencidos que a este ritmo o primeiro pagamento, da série de pagamentos, ainda vai acontecer este mês” assegurou o ministro du-

→ continuação Pag. 11 - Autárquicas 2018: Novas leis eleitorais aprovadas pelo Parlamento são difíceis interpretar e retrocedem a democracia participativa

“criar situações de extrema insegurança, com vista a eliminar concorrentes antes mesmo das eleições, dando assim cobertura a uma série de tropelias eleitorais.”

A opinião pública pode interpretar as referidas travessuras como falta de imparcialidade e independência dos aplicadores da lei, porquanto está longe de imaginar que tal situação (criação de dificuldades para a propositura de candidaturas) deriva da concretização da vontade do legislador.

Para o CC, num Estado de Direito Democrático onde o sufrágio universal constitui um direito fundamental [artigos 3 e 73 da Constituição], no âmbito do processo eleitoral, “todas as irregularidades devem ser suprimíveis, excepto as que, pela própria natureza das coisas, não possam ser corrigidas, como por exemplo o incumprimento dos prazos, candidato não recen-

seado”, entre outras.

Durante a leitura do Acórdão, de validação e proclamação dos resultados das eleições autárquicas realizadas a 10 de Outubro passado, Hermenegildo Gamito disse que o legislador não pode, injustificadamente, aparecer como um obstáculo ao exercício do direito fundamental de eleger e ser eleito, consagrado no artigo 73 da Constituição, como parece acontecer com a actual lei eleitoral, e contrária o espírito que levou à aprovação do processo de descentralização, que consiste no aprofundamento da democracia participativa e a garantia da paz.

O legislador não entendeu que “na esteira da consolidação do Estado de Direito Democrático e da democracia participativa,

Acção - Código	Acção	Despesas de Investimento		
		Externo	Interno	TOTAL
Em Milhões de MT				
MOP-2009-0013	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS	-	715,7	715,7
MOP-2010-0007	MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DE PONTES	-	57,7	57,7
MOP-2011-0004	MELHORAMENTO DA ESTRADA N221:CANICADO - CHICUALACUALA	226,9	-	226,9
MOP-2011-0034	MELHORAMENTO DA ESTRADA N14 : LICHINGA LITUNDE E A CONSTRUÇÃO DE 7 PONTES NO TROÇO LITUNDE E MARRUPA	7,3	-	7,3
MOP-2012-0008	REABILITAÇÃO DA BARRAGEM DE MASSINGIR - EMPRESTIMO DE EMERGENCIA	5,735,3	5,0	5,740,3
MOP-2014-0006	CONSTRUÇÃO DE 13 PONTES NA ZAMBEZIA E NIASSA	390,4	5,0	395,4
MOP-2014-0017	ASFALTAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL N13: MASSANGULO-LICHINGA	671,0	4,9	675,9
MOP-2018-0003	PROGRAMA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO RURAL- PRONASAR	-	792,9	792,9
MOP-2018-0004	PROJECTO INTEGRADO DE SANEAMENTO	-	134,7	134,7
MOP-2018-0008	PROGRAMA NACIONAL DE OBRAS HIDRAULICAS	-	218,5	218,5
TMP-MOP-2019-00	REABILITAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL N1: INCHOPE CAIA	-	1,096,5	1,096,5
TMP-MOP-2019-00	REABILITAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL N1: CHIMUARRA-NICOADALA	-	0,1	0,1
TMP-MOP-2019-00	REABILITAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL N1: RIO LURIO-METORO E PONTE DO RIO LURIO	-	266,3	266,3
MOP-2019-0004	REABILITAÇÃO DA ESTRADA N1-PAMBARRA-RIO SAVE-MUARI	-	305,7	305,7
AGRICULTURA E PESCA		15,465,2	8,921,4	24,386,5
AGR-2008-0004	FOMENTO DA CULTURA DO CAJU	-	55,4	55,4
AGR-2010-0020	PRODUÇÃO DE MUDAS	-	97,6	97,6
AGR-2013-0001	TRATAMENTO QUÍMICO DE CAJUEIROS	-	279,2	279,2
AGR-2013-0011	APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	-	263,9	263,9
AGR-2014-0009	REABILITAÇÃO DA CADIEIA DE VALOR DO ALGODOA	-	53,9	53,9
AGR-2015-0001	REABILITAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE REGADIOS	-	14,4	14,4
AGR-2016-0024	PROGRAMA DE EXTENSÃO AGRÁRIA(PNSA)	116,0	-	116,0
GAZ-2015-0031	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS DE VALOR NOS CORREDORES DO MAPUTO E LIMPOPO (PROSUL)	500,6	-	500,6
MAP-2017-0003	CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AGRARIAS	-	20,8	20,8
ZAM-2016-0020	INTENSIFICAR A PRODUÇÃO DE CULTURAS ALIMENTARES	-	14,5	14,5
ZAM-2013-0131	COMBATE AO AMARELAMENTO LETAL DO COQUEIRO	-	8,5	8,5
MAP-2015-0059	DESENVOLVIMENTO DA PESCA E AQUACULTURA COMERCIAL	-	3,2	3,2
MDP-2011-0007	MONITORIZAÇÃO DA PESCA	-	8,0	8,0
MDP-2017-0009	PROJECTO DE PROMOÇÃO DE PESCA ARTESANAL	252,8	0,3	253,1
MDP-2017-0010	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUACULTURA	-	2,8	2,8
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA		503,5	1,714,5	2,218,1
CAB-2017-0062	PROSSEGUIR COM A ELECTRIFICAÇÃO RURAL COM PRIORIDADE PARA AS SEDES DOS POSTOS ADM INSTRATIVOS E LOCALIDADES	-	21,9	21,9
GAZ-2018-0009	ELECTRIFICAÇÃO DOS CAMPOS DE PRODUÇÃO	-	22,2	22,2
MRM-2015-0016	PROJECTO DE ELECTRIFICAÇÃO DOS POSTOS ADMINISTRATIVOS E LOCALIDADES	15,9	74,7	90,6
MAP-2015-0015	EXPANSÃO DA REDE ELECTRICA MANHICA E MARRACUENE	-	8,0	8,0
MRM-2011-0014	ELECTRIFICAÇÃO RURAL - ALIVIO A POBREZA	-	869,0	869,0
MRM-2014-0004	PROJECTO DE APOIO NA MINERAÇÃO, PROSPECÇÃO E PESQUISA DAS AREAS DE MINERAÇÃO ARTESAL E DE PEQUENA ESCALA	-	152,1	152,1
TET-2018-0025	ELECTRIFICAÇÃO DO POVOADO DE CANCUNE-CHANGARA	-	1,0	1,0
ZAM-2014-0078	ELECTRIFICAÇÃO DO POSTO ADMINISTRATIVO DE MEDAZA COM BASE EM PAINES	-	3,7	3,7
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		6,766,4	1,221,4	7,987,8
MTC-1996-0003	MANUTENÇÃO DE CANAIS E AJUDAS A NAVEGAÇÃO	-	227,8	227,8
MTC-2011-0010	REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DO PORTO DE NACALA	5,500,0	1,5	5,501,5
MTC-2011-0014	CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ACOSTAGEM DE MOCIMBEQUE	-	5,0	5,0
MTC-2012-0003	CONSTRUÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES MARÍTIMAS	-	25,0	25,0
MTC-2013-0004	AQUISIÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTES PARA AS ADMINISTRAÇÕES MARÍTIMAS	-	70,0	70,0
MTC-2014-0003	AQUISIÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTES	-	395,3	395,3
MTC-2016-0002	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO INAMAR	-	160,0	160,0
MTC-2017-0002	CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE GAZA	912,0	1,5	913,5

rante a Audição Parlamentar.

O ministro Maleiane declarou também que os restantes 8,2 biliões de meticais ficarão sob gestão do Banco de Moçambique, como reserva do Estado.

“Fundo Soberano não é Mais-Valias”

Relativamente a legalidade do uso da Mais-Valias sem a autorização expressa da Assembleia da República o governante esclareceu: “Há as vezes alguma dúvida, pegamos no artigo 37 da Lei de Petróleos e queremos trazer para as Mais-Valias. As Mais-Valias são mesmo isso, um imposto de capitais não tem nada a ver com exportação”.

“As Mais-Valias podem surgir de qualquer negócio, mesmo a partir da variação cambial no comércio e neste caso em particular vem da venda de acções de empresas, não tem nada a ver com receitas, portanto relacionar as duas coisas é um bocado forçado. Para nós a

Assembleia definiu as regras de utilização dos impostos e a Mais-Valia é um imposto, enquanto que a Lei dos Petróleos está a falar de receita da sua exploração”, justificou Adriano Maleiane.

Sobre o Fundo Soberano que os moçambicanos julgavam que poderia ser iniciado com as receitas de Mais-Valias de 2017 o ministro prometeu que: “O Banco de Moçambique e o Ministério da Economia e Finanças vai organizar no primeiro trimestre do próximo ano, em Março, um debate sobre Fundo Soberano”.

“Porque todos nós quando estamos a debater Mais-Valias é porque é porque estamos a pensar no Fundo Soberano. O Fundo Soberano não é Mais-Valias por elas não acontecem sempre. Há muitas ideias sobre Fundo Soberano, decidimos trazer pessoas que tem experiência na matéria para com a Sociedade Civil todos debatermos sobre a razões ou não da sua construção” concluiu Adriano Maleiane.

modo, os mesmos princípios e regras gerais, acabando por afectar a unidade e coerência do sistema do direito eleitoral. “O facto, combinado com deficiências na formulação de algumas normas, dificulta a sua interpretação e aplicação pelos diversos actores dos processos eleitorais.”

Que o digam os partidos políticos, as coligações de partidos, os grupos de cidadãos eleitores e candidatos, que demonstram pouca preocupação em conhecer e aplicar correctamente as normas e acusam o CC de “continuam a cometer os mesmos erros, de eleição para eleição.”

Esta situação impõe a necessidade urgente de se caminhar para uma melhor sistematização e uniformização da legislação eleitoral no seu conjunto, através de um Código Eleitoral, sugere o CC.

Mercados rurais juntam MITADER, FIDA e Gapi

O Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) anunciaram o lançamento da segunda fase do Programa de Promoção dos Mercados Rurais (PROMER), que vai abranger 15 distritos da região norte.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

À Gapi foi confiada a missão de prover assistência técnica aos produtores de seis distritos, facto que esta instituição financeira de desenvolvimento vai complementar com a introdução do componente financiamento, tal como na primeira fase, na qual mobilizou recursos adicionais na ordem de 1.8 milhões de meticais, para facilitar o acesso a serviços financeiros nas zonas rurais.

O anúncio do lançamento da segunda fase foi feito pelo director nacional do Desenvolvimento Rural, Olegário Banze, durante a realização de um seminário nacional, que marcou o arranque das actividades desta fase que cobrirão o triénio 2019-2021. Na ocasião, Banze referiu que duas outras organizações locais serão responsáveis pela implementação nos restantes distritos.

“Notámos que havia necessidade de consolidar os feitos do programa, pois nem todas as organizações conseguiram atingir bons níveis de organização interna, nomeadamente no que diz respeito ao registo, à gestão, à contabilidade, entre outros factores. Portanto, o nosso objectivo é capacitá-las e torná-las fortes para que, no fim, sejam capazes de trabalhar de forma independent-

te”, explicou Olegário Banze.

Por seu turno, o representante do FIDA em Moçambique, Custódio Mucavele, frisou que um dos objectivos deste programa é incentivar os produtores a aumentarem os seus níveis de produção e produtividade.

“Através deste programa está a ser possível estabelecer a ligação entre os produtores e os mercados (de insumos e excedentes) e isso tem sido um incentivo não só para o aumento da produção e da produtividade, mas também da renda”, realçou Custódio Mucavele.

Tal como referido, esta fase é de consolidação da primeira, que abrangeu 500 organizações de produtores e facilitou a venda de cerca de 20 mil toneladas de produtos agrícolas diversos, através dos mais de 1.100 contratos assinados entre empresas e agricultores, tendo gerado uma renda bruta de sete milhões de dólares para os produtores. Foram, igualmente, apoiados 225 comerciantes rurais na provisão de insumos e comercialização de produtos agrícolas.

De acordo com a coordenadora do PROMER, Carla Honwana, de 2009 a esta par-

te, os beneficiários do programa conseguiram triplicar os volumes de produção anual e colocá-la no mercado.

“Introduzimos um hábito que consiste em os produtores, organizados em associações, venderem a sua produção com base em contratos. Neste momento, temos uma média de 300 contratos anualmente, o que permitiu que o volume de produtos comercializados também aumentasse, situando-se em cerca de quatro mil toneladas por ano”, disse a coordenadora.

Relativamente à nova fase, Carla Honwana referiu que, por se tratar de consolidação, não se pretende abranger mais beneficiários: “Vamos ajustar a nossa abordagem para que os resultados sejam ainda melhores. Por exemplo, introduzimos a facilitação da atribuição do DUAT (Direito do Uso e Aproveitamento de Terra) para facilitar o acesso ao financiamento, bem como o apoio mais sistemático às organizações do nível superior, nomeadamente os fóruns e as uniões”.

Tal como referido, nesta segunda fase, a Gapi vai trabalhar em seis distritos com 313 beneficiários directos do projecto: 90 comerciantes rurais e 220 organizações

de produtores, abrangendo directamente cerca de 3.500 famílias.



Conforme explicou o presidente da Comissão Executiva da Gapi, António Souto, “a assistência técnica permite organizar os produtores para que tenham mais acesso a novas tecnologias e a mercados, bem como dotar as suas próprias organizações de maior capacidade negocial”.

“Existem muitos produtores organizados em associações, cooperativas e em outros tipos de instituições que melhoraram a capacidade de compra de insumos e de venda dos seus produtos”, acrescentou António Souto.

CNN processa Trump e exige o regresso do jornalista suspenso da Casa Branca

A CNN processou o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e exige a reposição imediata do acesso do seu correspondente Jim Acosta à Casa Branca. A notícia foi avançada pelo próprio canal nesta terça-feira.

Texto: Público de Portugal

A decisão da CNN é uma resposta ao confronto entre o correspondente do canal e Donald Trump na semana passada e que culminou com a suspensão do acesso do jornalista à Casa Branca.

O caso ocorreu no dia a seguir às eleições para o Congresso, quando, numa conferência de imprensa, Trump recusou responder à pergunta de Acosta sobre a caravana de imigrantes que está a caminho dos EUA. O jornalista, que já tinha feito duas perguntas, insistiu e Trump insultou-o.

Agora, o canal acusa o Presidente de estar a violar a 1.ª e a 5.ª Emenda da Constituição ao retirar a acreditação de Acosta na Casa Branca.

“Pedimos uma ordem imediata para que a

acreditação seja devolvida imediatamente a Jim [Acosta]. Apesar de este processo estar ligado à CNN e a Jim Acosta, podia ter acontecido com qualquer um. Se não for contestada, esta decisão da Casa Branca pode criar um ambiente de medo para aqueles que cobrem a Casa Branca”.

O processo contra Trump, contra o chefe de gabinete John Kelly, a porta-voz da Casa Branca Sarah Sanders, o chefe de comunicações Bill Shine, o director dos serviços secretos Randolph Alles e o funcionário dos serviços secretos que tirou o passe de Acosta na quarta-feira da semana passada, deu entrada num tribunal de Washington durante a manhã desta terça-feira.

Quando o conflito entre Trump e Acosta

aconteceu, a porta-voz da Casa Branca partilhou no Twitter um vídeo manipulado que dava a entender que Acosta agrediu a funcionária que lhe foi tentar tirar o microfone. As imagens foram manipuladas pela Infowars, uma página de extrema-direita dedicada a disseminar teorias da conspiração.

A Associação de Correspondentes da Casa Branca já vinhou o seu apoio à CNN, defendendo que o jornalista recupere a sua acreditação “que não deveria ter sido retirada”.

“Este não é um passo que damos de ânimo leve. Mas a atitude da Casa Branca também não tem precedentes”, diz o presidente da CNN, Jeff Zucker, numa nota interna enviada aos funcionários.

Mundo

Número de desaparecidos em incêndio nos EUA sobe para 228

As autoridades e o serviço de emergência elevaram para 228 o número de desaparecidos na região atingida pelo enorme incêndio que teve início na última quinta-feira na Califórnia, nos Estados Unidos da América, e que, junto a outro incêndio registado no sul do estado, deixaram pelo menos 31 mortos.

Texto: Agências

Os trabalhos de busca continuarão hoje graças às melhores condições climáticas. As previsões meteorológicas apontam que os fortes ventos registados na região nos últimos dias darão uma trégua, o que facilitará a acção das equipas de resgate.

Segundo informações do Departamento de Bombeiros do Condado de Butte, o incêndio batizado como “Camp Fire”, além de tirar a vida de 29 pessoas e deixar três bombeiros feridos, já queimou cerca de 45 mil hectares, 6.450 casas e 260 estabelecimentos comerciais.

O xerife do condado de Butte, Kory Honea, disse que os seis últimos corpos das vítimas do incêndio foram localizados na pequena cidade de Paradise, de cerca de 26 mil habitantes.

O município, que fica a cerca de 280 quilómetros da Baía de San Francisco, foi totalmente destruído pelo incêndio que atinge a região deste a quinta-feira. O alerta vermelho foi mantido pelas autoridades devido à má qualidade do ar em função da fumaça. Outras duas mortes ocorreram no incêndio “Woolsey”, que atinge a região norte de Los Angeles.

Espérance vence Liga dos Campeões africanos e está classificado para Mundial

O Esperance Sportive de Tunis tornou-se na sexta-feira a quarta equipa a classificar-se para o Mundial de Clubes que será realizado em Dezembro nos Emirados Árabes Unidos, ao derrotar o Al Ahly, do Egipto, por 3 a 0, na final da Liga dos Campeões da África.

Texto: Agências

Os golos tunisinos foram obtidos aos 45 e 54 graças a Saad Beguir e 86 minutos por Anes Badri.

Os tunisinos, que perderam no jogo da 1ª mão por 3 a 1, disputa-

rão pela primeira vez uma competição para a qual já têm vaga o Real Madrid, como campeão da Europa, o Team Wellington como campeão da Oceania e o Guadalajara, do México, que representa a Concacaf.

O Espérance enfrentará o vencedor da eliminatória prévia entre Al Ain e Team Wellington e em caso de avançar pegaria nas semifinais o campeão da Taça Libertadores.

Desporto

Autárquicas 2018: Conselho Constitucional exclui candidatos já eleitos e recomenda sua substituição

O Conselho Constitucional (CC) excluiu pelo menos 15 candidatos a membros das assembleias autárquicas e a presidentes dos conselhos autárquicos, eleitos nas eleições de 10 de Outubro, por terem renunciado os seus mandatos num partido e concorrido por outro. Os visados são das formações políticas do MDM, da Renamo, da Coligação Aliança Democrática, do PAHUMO, da Solidariedade Cívica de Moçambique e do Partido Liberal Para o Desenvolvimento Sustentável.

Texto & Foto: Emildo Sambo

Na assembleia autárquica da cidade de Maputo, trata-se dos cidadãos Ismael José Manuel Nhacucué, Armando Augusto, Ismael Cassamo [efectivos] e Rui Afonso Munona [suplente].

Eles abandonaram o MDM e juntaram-se à Renamo, em Julho passado, alegadamente por falta de convivência política e acusaram a família Simango de estar a formar um clã sob o disfarce de um partido que se augura uma

Contudo, ainda na vigência do mandato, ele alegou que estava a ser marginalizado e filiou-se ao movimento cívico denominado Solidariedade Cívica de Moçambique (SCM), pelo qual foi cabeça-de-lista copiosamente vencido nas eleições autárquicas de 10 de Outubro passado, na cidade de Maputo.

Em Nacala, a cidadã Senhora Fátima Anifa Reane, que tinha sido eleita para a Assembleia Municipal de Nacala, em



alternativa de governação em Moçambique.

Na Matola, Silvério Pedro Eugénio Samuel, do MDM, foi excluído por ter renunciado ao mandato para qual fora eleito em 2013.

Ele “encontra-se, também, ferido de incapacidade eleitoral passiva, prevista no nº 4 e última parte do nº 1, ambos do artigo 14 da Lei nº 7/97, de 31 de Maio, conjugado com o nº 3 do artigo 18 da Lei nº 7/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 10/2014, de 23 de Abril, aplicável à data da prática do acto (...)”, diz o Acórdão nº. 27/CC/2018, de 13 de Novembro.

Na cidade de Xai-Xai, que igualmente não escapou da expurgação do CC anulou foi Mouzinho Gama Gundurujo, da Renamo.

Na autárquica da cidade de Tete, Ricardo Frederico Francisco Tomás, que nas vésperas das eleições passou do MDM para a Renamo, também sentiu a mão dura do mais alto órgão em matéria constitucional e eleitoral no país.

Carlos Tembe, que durante vários anos foi membro do movimento Juntos Pela Cidade (JPC), abandonou o partido e juntou-se ao “galo” por cinco anos.

Cidadãos eleitos nas eleições autárquicas de 10 de Outubro de 2018, a excluir das competentes listas e editais		
	Nome do Cidadão	Nome da Formação Político-Partidária ou Grupo de Cidadãos Eleitores
1	Ismael José Manuel Nhacucué	Partido RENAMO
2	Armando Augusto	Partido RENAMO
3	Ismael Cassamo	Partido RENAMO
4	Rui Afonso Munona	Partido RENAMO
5	Carlos Tembe	Solidariedade Cívica de Moçambique
6	Williamo Tomás Savanguane	Solidariedade Cívica de Moçambique
7	Mouzinho Gama Gundurujo	Partido RENAMO
8	José Miguel André Madeira	Partido PAHUMO
9	Fernando Pequeninino	Coligação Acção Democrática
10	José Alberto Mueri	Coligação Acção Democrática
11	Joaquim João Mucicaleta	Coligação Acção Democrática
12	Graciosa Dioginho Muita	Coligação Acção Democrática
13	Ricardo Frederico Francisco Tomás	Partido RENAMO

2013, pelo partido MDM, desertou e concorreu ao mesmo órgão pelo Partido Liberal Para o Desenvolvimento Sustentável (PLDS).

Segundo o presidente do CC, Hermenegildo Gamito, o Ministério da Administração Estatal comunicou sobre a “inelegibilidade superveniente” daquela candidata, por isso, deliberou-se pela sua exclusão e dos outros cidadãos atrás referidos, não obstante constarem das listas definitivas aprovadas pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), através da Deliberação nº 64/CNE/2018, de 22 de Agosto.

Face à exclusão dos candidatos em alusão, por nulidade da sua eleição, o CC determina a reordenação das competentes listas, nos termos da Lei no. 7/2018, de 3 de Agosto.

Mundo

Rohingyas fogem de campos de refugiados em Bangladesh para evitar retorno para Mianmar

Dezenas de famílias de muçulmanos rohingyas presentes em uma lista de refugiados que devem ser repatriados para Mianmar no final desta semana fugiram de campos em Bangladesh onde estavam vivendo, disse um líder rohingya nesta segunda-feira, no momento em que Mianmar se prepara para começar a recebê-los de volta.

Texto: Agências

“A maioria das pessoas na lista fugiu para não ser repatriada”, disse Abdus Salam, líder rohingya no campo de Jamtoli, situado cerca de 40 quilómetros a sudeste de Cox’s Bazar, em Bangladesh, acrescentando que a maioria fugiu para campos vizinhos para evitar ser detectada e forçada a voltar.

Bangladesh e Mianmar concordaram no final de Outubro em iniciar a repatriação

de centenas de milhares de refugiados rohingyas que fugiram de Mianmar para escapar de uma repressão do Exército, mas a agência de refugiados da Organização das Nações Unidas (ONU) e grupos humanitários dizem que ainda há dúvidas sobre sua segurança e condições em Mianmar caso retornem.

A repatriação da primeira leva de dois mil refugiados deve começar oficialmente

em 15 de novembro, e no domingo autoridades de Mianmar disseram que estão prontas para começar a recebê-los nesta semana.

Na semana passada mais de 20 indivíduos da lista de pessoas que podem voltar submetida por Bangladesh disseram à Reuters que se recusarão a voltar a Rakhine, Estado do oeste de Mianmar do qual fugiram, afirmando estarem aterrorizados.

Autárquicas 2018: Há espectro de sobreposição de mandatos entre os órgãos autárquicos eleitos em 2013 e 2018

A validação e proclamação, esta quarta-feira (14), dos resultados das eleições autárquicas realizadas a 10 de Outubro passado, abre espaço para a sobreposição de mandatos entre os órgãos eleitos no escrutínio de 20 de Novembro de 2013 – ainda em cumprimento dos respectivos mandatos – e os eleitos recentemente. O Conselho Constitucional (CC) sugere que o legislador deve, urgentemente, resolver este problema para evitar constrangimentos que podem advir.

Texto & Foto: Emildo Sambo



O no. 1 do artigo 221 da Lei no. 7/2018, de 3 de Agosto, determina que “os membros das assembleias autárquicas e os presidentes dos conselhos autárquicos devem ser investidos na função até 15 dias após a validação e proclamação dos resultados eleitorais” pelo CC.

O no. 2 do artigo 221 da mesma Lei atribui ao Conselho de Ministros a marcação da data exacta de investidura dos candidatos eleitos, sob proposta da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Porém, as eleições autárquicas realizadas no dia 20 de Novembro de 2013 só foram validadas e proclamadas a 23 de Janeiro de 2014.

Na sequência, os membros das assembleias autárquicas e os presidentes dos conselhos autárquicos eleitos nesse escrutínio só tomaram entre os dias 06 e 07 de Fevereiro daquele ano, o que significa que ainda estão em pleno exercício dos seus mandatos, que duram cinco anos [artigo 17 da Lei no. 7/97, de 18 de Fevereiro].

Assim, “a cumprir-se a norma contida no referido artigo 221 [da Lei no. 7/2018, de 3 de Agosto] haverá sobreposição de mandatos entre os agora eleitos e os que ainda estão a cumprir o actual mandato”, alerta o presidente do CC, Hermenegildo Gamito, que considera a lei eleitoral em vigor um retrocesso para a consolidação do Estado de Direito Democrático.

Ele apelou ao legislador para que encontre, com urgência, “a solução desta situação anómala, pois de outro modo poderá criar constrangimentos que se podem evitar.”

Refira-se que as leis no. 6/2018 e 7/2018, ambas de 3 de Agosto, foram aprovadas pela Assembleia da República (AR) no âmbito da Lei no. 1/2018, de 12 de Junho, Lei de Revisão Pontual da Constituição da República. Esta última acomoda os consensos alcançados entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e o falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama, para o aprofundamento da descentralização e alcance da paz em Moçambique.

Procura-se inverter o cenário actual: Seguro funerário ainda é tabu em Moçambique

O seguro funerário e outros serviços associados ainda são pouco explorados pelas seguradoras no País, que apontam os mitos e tabus associados à morte bem como a falta da cultura de seguro no seio da população moçambicana como os principais entraves.

Esta foi a síntese da primeira conferência nacional sobre o seguro funerário e negócios afins, organizada pela MóvelCare, com o apoio da Incubadora de Negócios Standard Bank, FDSMoç e Sanlam Seguros, que teve lugar na terça-feira, 13 de Novembro, na cidade de Maputo.

Este evento contou com a participação de várias instituições que têm um papel crucial a desempenhar no sector de seguros funerários e administração funerária em geral.

Conforme explicou Tauanda Chare, fundador da MóvelCare, uma startup que usa telemóveis, inclusive os que não têm acesso à internet, para garantir o acesso ao seguro de funeral, a conferência tinha como objectivo discutir sobre o seguro funerário no País, bem como instigar às seguradoras e às funerárias a conceberem e oferecerem produtos nesta área.

De acordo com Tauanda Chare, é necessário fazer mais do que as seguradoras fazem actualmente, que é atribuir o valor do prémio do seguro (de vida ou de funeral) ao tomador do seguro ou aos beneficiários em caso de infortúnio.

“Esta conferência visava ajudar as seguradoras e as funerárias a olharem para o mercado de uma outra forma. Elas devem prestar mais atenção à área social, saberem como ajudar as famílias quando perdem um ente querido”, disse Tauanda Chare, que considera este sector rentável, apesar de estar, literalmente, adormecido.

Para o Standard Bank, a falta da cultura de seguro (em particular o seguro funerário) pode estar associada ao facto de a população moçambicana ainda recorrer às formas de poupança tradicional (xitique ou fundo social) para cobrir eventos inesperados, como é o caso da morte.

Para tal, Felda Chunguane, representante do Standard Bank, recorreu aos dados estatísticos divulgados pelo regulador de seguros, o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, que indicam que mais de 90% da população activa não têm serviços de seguro.



Por isso, “a conferência afigura-se como uma oportunidade para levar estes serviços a quem não os tem. É de louvar a ideia de organizar este tipo de encontros, onde são debatidas ideias inovadoras para alavancar o sector de seguros”, considerou Felda Chunguane.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Perto de 19 mil jovens expostos ao ambiente laboral

Perto de 19 mil jovens, dos 18 aos 35 anos, beneficiaram de estágios pré-profissionais no País, possibilitando que cidadãos economicamente activos fossem expostos a um ambiente laboral e pudessem ser absorvidos pelo mercado de trabalho.

A par dos estágios pré-profissionais, ainda neste quinquênio, mais de 10 mil jovens recém-formados pelo Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC), tiveram acesso a kits de ferramentas para iniciarem as suas actividades, criando o seu próprio emprego.

Estes dados foram tornados públicos pela secretária permanente do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Graça Mula, que referiu que havendo consciência de que o Estado não pode sozinho intermediar a questão de emprego abriu espaço para o funcionamento das Agências Privadas de Emprego, estando a operar no país 34 agências, das quais 24 com licenças normais, sete para o ramo portuário e três com licenças especiais que permitem colocar moçambicanos no estrangeiro.

A fonte falava no decurso do 1º Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Emprego, realizado na cidade de Tete, nos dias 14 e 15 de Novembro corrente, sob o lema “Por mais e Melhores Empregos em Moçambique”, durante o qual foram apreciados e discutidos temas candentes relativos ao mercado de trabalho sobre os desafios e as perspectivas no domínio do emprego.

Segundo Graça Mula, cerca de 350 mil jovens entram, anualmente, na idade economicamente activa e demandam para um mercado de trabalho cada vez mais exigente, em termos de perfis requeridos para a obtenção de emprego, ao mesmo ritmo do crescimento populacional, num contexto em que os jovens são cerca de metade da população moçambicana, por um lado.

Por outro lado, 52 por cento da população moçambicana é constituída por mulheres, que são um dos grupos vulneráveis, por razões históricas e culturais, devendo por isso merecer uma atenção especial nas medidas de promoção do emprego, que é a base mais segura e imediata de distribuição da riqueza, assegurou a secretária permanente.

“A problemática da promoção do emprego é uma preocupação fundamental do Governo, ao preconizar a integração do factor emprego na avaliação do impacto resultante dos diferentes investimentos públicos, na modernização e expansão dos centros de emprego, a operacionalização da informação e orientação profissional, entre outras acções que possam contribuir para a melhoria da empregabilidade da mão-de-obra nacional, considerando o emprego como um mecanismo de partilha dos ganhos advindos do crescimento económico do país”, disse Graça Mula.

Para sustentar a sua fundamentação a interlocutora fez referência à Política de Emprego que no seu segundo pilar estabelece como medidas de promoção do emprego para jovens, “o incentivo aos investimentos para absorver a força de trabalho jovem, estimular a formação profissional desta faixa etária e a mobilidade da oferta de mão-de-obra de acordo com as necessidades dos investimentos”.

É nesta perspetiva que a classe empresarial tem uma oportunidade de aumentar os investimentos nacionais de forma sustentável gerando mais postos de trabalho para os moçambicanos.

“Neste sentido, devemos ter sempre em mente que o nosso maior desafio consiste na geração de empregos, em quantidade e qualidade, que contribuam para o aumento de empregos dignos para jovens, que são a prioridade das políticas do Governo”, sublinhou a dirigente.

Participam na Reunião quadros do INEP ao nível central, delegados provinciais, representantes de instituições públicas e privadas, que, lado a lado com o INEP, implementam acções que promovem empregos e a empregabilidade dos jovens e parceiros, de modo a perspectivar e ajustar o modus operandi na implementação de medidas activas de promoção de emprego.

Mundo

Bangladesh vai começar a repatriar refugiados rohingya para a Birmânia

As autoridades do Bangladesh anunciaram esta quarta-feira estar prontas para iniciar o processo de repatriação dos mais de 700 mil rohingyas refugiados na cidade de Cox's Bazar, que desde de 2017 fogem à violência e limpeza étnica na Birmânia. Apesar dos pedidos da ONU e dos relatos dos rohingyas de que não querem regressar, os governos dos dois países mantêm-se firmes na decisão de repatriar a minoria muçulmana a partir desta quinta-feira.

Texto: Público de Portugal

O comissário responsável pelos refugiados, repatriação e reabilitação no Bangladesh, Abul Kalam, revelou que 30 famílias de refugiados serão levadas quinta-feira até ao posto fronteiriço de Ghumdhum. Um comunicado do Governo birmanês avançou que um grupo inicial de 2251 refugiados seria o primeiro a regressar a casa, prevendo o envio de 150 pessoas por dia.

O Exército, a polícia e tropas paramilitares estão destacadas nos vários campos de refugiados. “O Exército está em todos os cantos, e as pessoas têm medo de sair à rua”, disse ao The Guardian um dos refugiados, Qadar. Outra testemunha, Jani, disse que a segurança duplicou nos últimos dois dias.

Os testemunhos dos refugiados revelam que são coagidos pelas autoridades a regressar, e que muitos ainda temem pela sua segurança. Há quem prefira a morte a voltar — já foram registadas duas tentativas de suicídio desde que o processo de repatriação foi anunciado, diz o The Guardian.

“Eu disse-lhes que tinha medo de regressar à Birmânia, porque ainda é muito perigoso para todos os rohingyas, mas eles disseram que não há por onde escapar e que temos de regressar dentro de uns dias”, disse Mohammad Ismail, residente no campo de Jamtoli com a sua esposa e seis filhos.

Uma das maiores preocupações é a falta de segurança e o regresso para parte incerta. De acordo com o comunicado do Governo birmanês, os rohingyas ficarão em “campos de repatriação” durante dois dias, onde lhes serão dadas refeições e roupa, antes de serem transferidos para “campos de transição”. A partir daí, o futuro é incerto, pois não é especificado quanto tempo têm de permanecer nestes “campos”, nem para onde irão depois — as aldeias rohingyas foram dizimadas.

Ainda assim, a agência AFP apurou que se a segurança fosse garantida, cerca de 400 famílias estariam dispostas a regressar: “Temos as malas preparadas. Iremos hoje, se nos fosse dada segurança”, disse o refugiado Jyotsna Bala Paul à AFP.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) apelou em comunicado a que os rohingyas possam visitar a sua terra natal “de forma segura e digna” antes de serem repatriados definitivamente, já que consideram que “as condições do estado de Rakhine não são propícias ao regresso voluntário, seguro, digno e sustentável dos refugiados”.

A especialista das Nações Unidas para os Direitos Humanos na Birmânia, Yanghee Lee, disse em comunicado que não encontrou “quaisquer provas” de que o Governo birmanês

tenha tomado medidas para criar um “ambiente onde os rohingyas possam regressar” e viver com os seus direitos fundamentais garantidos.

A alta-comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, apelou em comunicado para que o processo de repatriação seja cancelado. Considera que coloca a vida e liberdade dos rohingyas “em sério risco” e representa uma “violação da lei internacional” que protege os refugiados de serem repatriados quando a sua integridade física e liberdade está em risco.

Bachelet pediu ainda que o Governo do Bangladesh se assegure de que as repatriações são “voluntárias, seguras, dignas e transparentes”, salientando que a ONU continua a receber relatos de “assassinatos, desaparecimentos e detenções arbitrarias” em Rakhine.

O vice-Presidente norte-americano, Mike Pence, condenou esta quarta-feira o tratamento dado aos rohingyas e a detenção dos dois jornalistas da Reuters durante a cimeira do sudeste asiático, em Singapura. A líder da Birmânia, Aung San Suu Kyi, que foi privada do título de Embaixadora da Consciência da Amnistia Internacional por já não ser “um símbolo de esperança, coragem e defesa eterna dos direitos humanos” devido à crise dos rohingyas, respondeu que percebe o seu país “melhor do que qualquer outro”.



Jornal @Verdade

O trio de arbitragem liderado por Estevão Matsinhe garantiu, no passado sábado (10), a 13ª Taça de Moçambique em futebol para o Costa do Sol, que nos penalties venceu o Ferroviário da Beira, e a salvação de uma época francamente má para o clube da capital.

<http://www.verdade.co.mz/desporto/67332>



Armando Matsimbe

Isto é Jornal ou é um grupinho de marginais que sempre escrevem cada coisa e sem nenhum fundamento jurídico? · 11 h



Sérgio Frederico Jamal

O Sr Armando não viu o jogo??? Ou viu dizer que ganharam??? Houve batota no jogo jogado. O Justo vencedor seria o Ferroviário da Beira e não

Costa do Sol que ganhou na lotaria de grande penalidades ok. · 11 h



Enoque Fofinho

Os arbitros nao chutaram nenhum penalte senhor · 11 h



Nando França

Sr. Enoque, ou és fanático por Costa do Sol ou então não viste/ouviste o jogo. Se não assistiu, aí vai um enredo. Ferro da Beira marcou primeiro, o golo de empate do

Costa do Sol foi antecedido por uma falta contra jogador do Ferroviário, o árbitro principal, o juiz todos fecharam os olhos, o jogo continuou (o jogador que marcou foi o mesmo que cometeu a falta antes). Nos minutos finais da partida os locomotivas marcaram limpinho, mas, assinalaram fora de jogo, o mais absurdo só foi fora de jogo depois da Bola entrar, aquilo nem na Tunísia acontece.

Simplesmente, LADRÕES. Mas a roubalheira não chega longe, porque no Africano “morrem” na primeira eliminatória. LADRÕES do Futebolzinho. · 10 h



Sérgio Frederico Jamal

Realmente este trio de arbitragem merece fuzilamento público depois de pouca vergonha e cancelamento de um golo limpo a favor de de Ferroviário da

Beira. Assim quando jogamos fora não conseguimos alcançar bons resultados até o ilustre Seleccionador Nacional Abel Xavier avança com o jogos de bastidores “Corrupção ao alto nível”. · 11 h



Mario Momade

Mas Como assim “ o trio de arbitragem garantiu...” · 11 h



Sérgio Frederico Jamal

É um bando de gangster do desporto nacional. Corruptos da máfia de Nápoles esses trio kkkkk · 11 h



Mauricio Mateus

Não arbitragem em Moz só te corruptos. merecem fuzilamentos. inventam coisas que nem na FIFA não tem explicação. · 9 h



Jornal @Verdade

Foi enfim inaugurada a megalómana ponte entre a cidade de Maputo e o distrito municipal de Ka Tembe. Oficialmente o custo é de 785 milhões de dólares norte-americanos no entanto os moçambicanos vão pagar, ao que tudo indica com as receitas do gás natural da Bacia do Rovuma, por esta ponte dos “maputenses” cerca de 1,3 bilião de dólares à #China. Só em juros serão mais de 30 milhões de dólares norte-americanos anuais até 2039.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/67333>
#Moçambique



Mario Momade

Como faxo PRA conseguir outra nacionalidade? Enquanto continuar aqui ate meu bisneto estara condenado a pagar dividas · 11 h



Isaac Do Rosário Pinto

Já era de se esperar. O actual governo Moçambicano é especialista em fazer péssimos negócios. Os

termos dos empréstimos só são favoráveis aos ministros que saem das negociações com subornos no bolso. · 9 h



Nino Carvalho

Temos florestas para pagar isso tudo? · 9 h



Santos Maite Silvestre

A ponte e de Maputo ,porque que a receita

de gás deve ser usada para pagar a ponte que esta fora da localidade da origem da receita. · 6 h



Victor Da Isabel Eduardo

Esta se mal pha... · 3 h



Santos Maite Silvestre

Victor Da Isabel Eduardo · 2 h



Annlawi Annlawi Jr

Kkkk epa ya maputo so consome o que as provincias produzem...na teoria do FMI devia ser cortado despesa pork nao produz nada... · 2 h



Santos Maite Silvestre

Annlawi Annlawi Jr · 25 min



Assane Amisse

Yeah nós pobres estamos na merda!!!! Mas essa gestão aprenderam aonde, qual universidade que o prejuízo significa felicidade????!!!! Deus que ajude os inocentes... · 6 h



Cavaque Sarmento

Nhanala Outra dívida? · 6 h



Jose Carvalho

Cavaque Sarmento Nhanala esta pelo menos não é oculta. Mas vai trazer mais fome, insegurança e morte ao povo de Moçambique. · 6 h



Cavaque Sarmento

Nhanala Jose Carvalho certamente que estamos a viver sobre uma gestão que não depende do povo,pós facilmente que isso está e irá acontecer sem dúvidas. · 5 h



Jose Carvalho

Cavaque Sarmento Nhanala como está a praia do Tofo e o Tofinho? · 1 h



Cavaque Sarmento

Nhanala Muito bem · 28 min



Assane Amisse

Moçamque tem donos, por mais que não conheça e alguns não · 3 h

De Janeiro a Setembro deste ano: INSS arrecada mais de 2 mil milhões MT na carteira de investimentos

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) arrecadou, de Janeiro a Setembro do ano em curso, na sua carteira de activos de investimentos, uma receita no valor de 2.105.743.735,22 meticais, o correspondente a 92,6 por cento. O valor representa um acréscimo em 13,1 por cento em relação ao igual período do ano passado.

Estes dados foram avançados pelo director-geral do INSS, Alfredo Mauaie, na segunda-feira, 12 de Novembro, na cidade da Beira, província de Sofala, durante a abertura do IIIº Seminário Nacional da Direcção de Administração e Finanças (DAF).

O encontro que decorre sob o lema “30 Anos Modernizando para Melhor Servir” junta mais de 70 participantes das diversas áreas ligadas à Administração e Finanças, Património e Participações Financeiras, entre director de Serviços, chefes de Departamento, chefes de Repartição, chefes de Secção e técnicos dos níveis central e provincial.

A carteira de activos de investimentos do INSS distribuiu-se em depósitos à prazo, obrigações de tesouro



e corporativas, bilhetes de tesouro, papel comercial, participações em sociedades, desenvolvimento imobiliário e património do ex-FAST (Fundo da Acção Social no Trabalho).

O director-geral, que destacou e saudou o desempenho da Direcção de Administração e Finanças, referiu-se à contenção das despesas através de várias medidas que a instituição tem vindo a tomar, o que possibilitou a

poupança, durante o período em referência, de 5.361.486,19 meticais.

Apontou ainda como uma das acções de capital importância, a publicação regular das contas de exercícios económicos do INSS, tendo o último relatório sido publicado em Outubro de 2018: “Encorajamos que se mantenha este ritmo de prestação contínua e pontual de contas a todos interessados”, frisou.

Alfredo Mauaie realçou o facto de o encontro realizar-se numa altura em que o INSS tem vindo a conhecer avanços significativos no processo de modernização e informatização do Sistema, que se traduz na automatização dos procedimentos e maximização dos mecanismos de controlo e gestão.

Sociedade

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

“Com a informatização do INSS, o Sistema já dispõe de vários recursos electrónicos disponibilizados pelas plataformas criadas, que permitem, dentre vários aspectos, a remessa de contribuições e a obtenção da certidão de quitação automatizada, sem precisar que os contribuintes se desloquem aos serviços do INSS”, assinalou.

O evento, de dois dias, vai discutir, dentre vários temas, o impacto da Política e Estratégia de Investimentos do INSS; o impacto da certidão de quitação automatizada versus cobrança da dívida; o ponto de situação do saneamento da dívida de contribuições e os desafios da implementação do Sistema de Informação de Segurança Social de Moçambique (SISSMO) no INSS.

Pergunta à Tina...

Boa tarde, mana Tina. Gostaria de saber se é normal uma mulher perder o desejo sexual e sentir-se irritada perante as relações sexuais comigo, o namorado? Anderson

Boa tarde, mano Anderson. Claro que é normal, se tu não fores gentil, delicado, carinhoso, amoroso. Este é o segredo para excitar o desejo sexual de quase todas as mulheres do mundo. Ao mesmo tempo, proporciona a possibilidade de te retribuir o afecto e o prazer. Isto é que são relações sexuais. É esta relaxada e prazerosa troca de carícias, beijos, abraços, apalpos, massagens, chupadelas, lambidelas, titilações e todos os demais carinhos que te vierem à cabeça, que nos distingue dos animais, que se limitam à erecção, penetração e ejaculação com orgasmo. Ereção, penetração e ejaculação com orgasmo, não é ter relações sexuais, para nós, os humanos.

Querido Anderson, pensa nisto e verás que tudo vai correr pelo melhor. Cumprimentos à tua namorada.

Olá Tina. Então, nesse mês de Outubro eu tive relações duas vezes (dia 2 e dia 15), mas todas elas com camisinha e a ejaculação ocorreu apenas no ânus. E nessas duas vezes eu tomei a pílula do dia seguinte, mesmo assim. Sendo que, no mês de Setembro, a minha menstruação veio duas vezes devido ao uso da pílula. A última veio dia 19 de Setembro e hoje, dia 23 de Outubro, ela ainda não veio. Tenho percebido uns sintomas como cansaço, vontade de urinar, barriga um pouco inchada, agora tenho tido vontade de defecar toda a hora também... É possível que meu ciclo menstrual esteja apenas desregulado e esses sintomas sejam da pílula? Laura

Olá querida Laura, primeiro que tudo, os meus parabéns por te protegeres tão bem. Por outro lado, o meu alerta em relação à pílula do dia seguinte: esta pílula não é para tomar com frequência porque se assim acontecer, pode ter efeitos secundários inconvenientes. Certamente que os sintomas que referes, e em especial a irregularidade menstrual, são consequência dessa medicação exagerada.

O uso abusivo da pílula do dia seguinte diminui a sua eficácia, havendo o perigo de a mulher engravidar porque o medicamento não actuou. É mesmo prudente evitar o seu uso frequente.

Mas, se não melhorares das tuas queixas, é conveniente ir a uma clínica ou ao centro de saúde, pois poderá ser alguma coisa mais. Tudo de bom, querida!

Extrema politização do conflito “torna muito difícil” a acção humanitária da ONU na Síria

As condições para os mais de 50 mil refugiados sírios que estão encurralados há quase três anos no campo de Rukban, junto à fronteira com a Jordânia, não seriam muito diferentes se em vez de estarem perdidos no deserto estivessem na lua, compara o vice secretário-geral e coordenador da assistência humanitária das Nações Unidas para a crise da Síria, Panos Moutzisz. “Literalmente no meio do nada”, o campo de Rukban, tal como o território lunar, “é duro: é quente, é frio, inunda...”, descreve. “As condições são mesmo muito difíceis. Aquele não é um lugar onde as pessoas possam continuar”, afirma.

Texto: Público de Portugal

Há uma semana, depois de intensas negociações, as Nações Unidas conseguiram finalmente fazer chegar um comboio humanitário, composto por 78 camiões, até ao campo de Rukban. A população que ali se encontra (a grande maioria são mulheres e crianças) é vítima da complexidade e violência do conflito do país, que desde 2011 tem obrigado os sírios a movimentos de deslocação internos constantes.

Aqueles que sobrevivem em Rukban tencionavam escapar da violência do Daesh e fugir para a Jordânia, que alberga mais de 670 mil refugiados sírios. Mas no final de 2015, uma sequência de ataques protagonizados pelos islamistas levou ao fecho da fronteira. Sem hipótese de voltar para trás, as famílias em fuga não tiveram outra alternativa que não assentar campo em pleno deserto — onde permanecem. “A situação é trágica e aquelas pessoas estão desesperadas”, resume Moutzisz.

A última vez que a ajuda humanitária chegou a Rukban foi há dez meses, em Janeiro. Antes disso, as Nações Unidas, em parceria com o Crescente Vermelho da Síria, só tinham conseguido lá entrar em Julho de 2017. “Há muitas necessidades que não estão a ser preenchidas há demasiado tempo. No último ano, não fomos capazes de prestar o apoio que desejávamos”, lamenta este responsável — que poderia repetir a mesma frase em relação a muitos outros campos e locais da Síria, onde as populações desalojadas por uma guerra que se prolonga há mais de oito anos, e deixou o país totalmente devastado, estão dependentes do auxílio internacional para sobreviver.

Isolados pelos acesso do exterior, e sem recursos no interior, as carências no campo de Rukban são totais. “Na semana passada, perdemos duas crianças que morreram com diarreia, uma doença que pode ser prevenida e é totalmente tratável”, observa Panos Moutzisz. Por isso, diz, foi tão importante ter conseguido trazer agora água, alimentos, medicamentos e outros materiais médicos, roupas, fraldas e produ-

tos de higiene, cobertores e tendas. Com o Inverno a chegar, a ONU quer garantir que os refugiados alojados em mais de dez mil tendas e cabanas têm a protecção mínima contra o rigor dos elementos.

A expectativa das organizações humanitárias é poder voltar a Rukban em Janeiro com um novo carregamento de ajuda, o que obrigará a renegociar a autorização com todos os actores políticos e militares no terreno. Como reconstitui Moutzisz, para os camiões fazerem o percurso entre a capital, Damasco, e o chamado quilómetro 55 da estrada que conduz à fronteira, têm de ter uma permissão para circular do Governo e do Exército sírio, bem como das forças russas que apoiam o Presidente sírio, Bashar al-Assad, que podem travar o seu avanço em qualquer ponto do percurso. O km 55 está debaixo da supervisão da coligação militar internacional que combate o Daesh, liderada pelos EUA, que tem que dar luz verde à passagem da caravana humanitária. E daí até ao campo, é preciso “discutir” com as milícias rebeldes, dois grupos de militantes armados que se mantêm activos na zona.

Toda a assistência de emergência que se consiga fazer chegar ao local será pouca para resolver o problema daquelas pessoas. “Falaremos as vezes que for preciso com quem tenha poder ou capacidade de influência, seja o Governo da Síria ou da Turquia, os grupos não estatais que negoceiem connosco, os russos e os americanos, para poder chegar perto das pessoas e ajudá-las”, garante Panos Moutzisz, que não tem dúvidas de que a distribuição de ajuda humanitária, por mais fundamental que seja no momento, “não é a solução” para a crise síria. “O que é preciso é uma solução política que permita a paz e a estabilidade necessárias para a reconstrução do país.” Mas enquanto isso não acontece, promete, “continuaremos a apertar a mão a todos para poder fazer o nosso trabalho”.

Rukban não é um caso único na Síria, nem na escala das necessidades extremas da população, nem nos

constrangimentos ao acesso e trabalho das organizações humanitárias. De acordo com os cálculos das Nações Unidas, há pelo menos 1,1 milhão de pessoas em situação de carência severa em zonas do país que permanecem inacessíveis ao apoio internacional, metade delas em áreas dominadas pelo Governo de Bashar al-Assad e a outra metade em zonas sob o controlo dos grupos armados de oposição ao regime sírio. E não existe uma diferença na situação de umas e outras: em todos esses lugares, a população depende da ajuda internacional.

“O acesso é restrito por várias razões. Obviamente, quando há combates, é muito difícil conseguir chegar até às pessoas. E nas zonas controladas pelo Daesh é impossível entrar”, nota Moutzisz. No resto do país, as organizações humanitárias “deveriam poder entrar com a devida autorização”, mas tal não acontece em “80% ou 90%” das localidades, sejam elas em zonas governamentais ou da oposição. “A nossa missão é chegar ao povo sírio onde quer que ele esteja. Mas isso torna-se muito difícil por causa da extrema politização do conflito na Síria”, denuncia, lembrando que todas as missões humanitárias respeitam os princípios da imparcialidade, neutralidade e independência.

O responsável máximo da ONU pelo apoio humanitário à crise da Síria falou ao PÚBLICO em Bruxelas, onde se reuniu com responsáveis da Comissão Europeia, e também representantes dos 28 Estados membros da UE, para fazer um ponto da situação no terreno, principalmente dos constrangimentos que ainda impedem que o auxílio de emergência alcance os mais necessitados, mas também do desenvolvimento das operações financiadas pela comunidade internacional. “Neste momento recebemos 60% do montante total [de 3,5 mil milhões de dólares] que pedimos aos países doadores”, revelou Panos Moutzisz. Na Síria calcula-se que sejam 13 milhões as pessoas em necessidade. Numa base mensal, a ONU consegue dispensar ajuda a cerca de 5,5 milhões.

Texto: Agências

Fortes chuvas na Jordânia deixam 12 mortos e milhares de desalojados

O governo da Jordânia elevou para 12 o número de mortes causadas nas últimas 24 horas pelas inundações provocadas pelas fortes chuvas que caem em vários pontos do país e que obrigaram milhares de pessoas, entre elas vários turistas, a deixarem a cidade de Petra.

De acordo com o governo de Madaba, a Defesa Civil encontrou hoje o corpo de uma menor de idade que desapareceu ontem. Socorristas continuam buscando outra criança também desaparecida desde ontem.

Grande parte das inundações aconteceu no sul da Jordânia, especialmente na cidade de Petra, uma das Sete Maravilhas do Mundo, e nas

regiões de Dabaa, Wadi Musa e Madaba, onde um grande número de turistas foi resgatado pela Defesa Civil e pelo Exército, de acordo com a ministra de Estado de Informação Pública, Jumana Ghanimat.

As Forças Armadas e a Defesa Civil retiraram 4.072 pessoas da província de Ma'an, informou o governador da região, Ahmad Omoush.

De acordo com ele, as equipes de resgate também removeram “milhares de turistas” de Ma'an, onde fica a cidade de Petra.

Segundo Omoush, não foram registados danos nos monumentos da cidade. O governo jordaniano determinou hoje o fechamento de todas as áreas turísticas.

Pelo menos 14 pessoas morrem em deslizamento de pedra no Brasil

Pelo menos 14 pessoas morreram e 11 ficaram feridas num deslizamento de pedra que ocorreu no sábado numa comunidade em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro, no Brasil.

Texto: Agências

Entre os mortos, há quatro menores de idade, oito mulheres e dois homens. Os feridos foram levados para hospitais da região e as buscas por sobreviventes continuam no local.

“Os trabalhos não pararam desde ontem e não há prazo para acabar. Essas primeiras horas são fundamentais na busca por sobreviventes”, disse um bombeiro à Reuters.

No entanto, uma fonte afirmou não haveria mais desaparecidos. “Os desaparecidos já foram encontrados, infelizmente mortos. Ahamos que o número de vítimas já parou”, disse a fonte.

O deslizamento ocorreu no fim da madrugada depois de uma sexta-feira chuvosa no Estado do Rio de Janeiro. A pedra rolou sobre a comunidade da Boa Esperança e destruiu várias casas.

Em 2010, uma outra tragédia também ocorreu na cidade de Niterói, quando houve um grande deslizamento no Morro do Bumba.

Naquela tragédia, foram encontrados os corpos de 48 pessoas que morreram soterradas, mas suspeita-se que o número de mortos possa ter chegado a quase 270.

Sociedade

Standard Bank distinguido como “O Melhor Banco de Investimento de Moçambique”

O Standard Bank foi, recentemente, distinguido como “O Melhor Banco de Investimento de Moçambique” pela publicação EMEA Finance, nos “African Banking Awards”, edição de 2018.

Texto: www.fimde semana.co.mz

Já na sua 11ª edição, a premiação anual reconhece as conquistas dos melhores bancos comerciais e de investimento, bem como as operações de gestão de activos no continente africano.

No processo, especial atenção têm merecido os bancos que impulsionam o sector, através da disponibilização de produtos e serviços inovadores, excelência na banca de investimento, o aumento do número de depositantes, bem como na prestação de apoio às comunidades por meio de iniciativas de responsabilidade social corporativa.

Para Chuma Nwokocha, Administrador Delegado do Standard Bank, “este prémio constitui um reconhecimento pelo excelente trabalho que tem sido realizado pelo banco que se distingue no mercado pela sua capacidade técnica, profissionalismo, responsabilidade e entrega abnegada dos seus gestores e colaboradores”.

“Estamos muito satisfeitos pelo facto de sermos reconhecidos como o principal banco de investimento em Moçambique. O prémio reflecte o nosso compromisso em oferecer soluções inovadoras como banco de investimento para clientes de vários sectores”, frisou Chuma Nwokocha.

No últimos anos, os investimentos do Standard Bank incidiram sobre projectos com impacto assinalável no desenvolvimento sócioeconómico do País, estimulando o crescimento da economia e do investimento produtivo, com particular destaque nas áreas do agronegócio, petróleo e gás, energia eléctrica, infraestruturas e imobiliária.

Esta instituição financeira centenária é o único banco local envolvido no Projecto “Coral FLNG” (Infraestrutura Flutuante de Gás Natural Liquefeito – Coral Sul), que obteve a primeira Decisão Final de Investimento (FDI) na Bacia do Rovuma.

O Standard Bank é, também, o único banco moçambicano presente na lista dos financiadores do mais recente complexo de edifícios JAT destinados para escritórios, habitação, comércio e hotelaria; bem como dos modernos centros comerciais Baía e Novare Mall, nas cidades de Maputo e Matola, respectivamente.

Importa realçar que esta é a quinta vez que o Standard Bank conquista o prémio de “Melhor Banco de Investimento de Moçambique”. Das cinco distinções, uma ocorreu em 2016, cujo prémio foi pela EMEA Finance e também pela Global Finance Magazine.

Arbitragem entrega Taça de Moçambique ao Costa do Sol

O trio de arbitragem liderado por Estevão Matsinhe garantiu, no passado sábado (10), a 13ª Taça de Moçambique em futebol para o Costa do Sol, que nos penalties venceu o Ferroviário da Beira, e a salvação de uma época francamente má para o clube da capital.

A todo o “vapor” entraram os “locomotivas do Chiveve” para a final, disputada no estádio da Machava em Maputo, e logo nos primeiros minutos aqueceram as luvas de Guirruço.

Os “canarinhos” assentaram o seu jogo e deram réplica, embora sem criar muito perigo para a baliza de Willard.

Com o jogo amarrado a meio campo valeu a determinação de Thomas para abrir o placar. Roubou o esférico a um adversário, no minuto 36, levantou a cabeça e com o seu pé direito, do meio do meio campo fez um chapeu monumental a Guirruço.

Ainda os “beirenses” festejavam” quando Mbulu, depois de fazer falta sobre o seu oponente, rematou cruzado e surpreendeu o guarda-redes Willard deixando a decisão empatada.

A 2ª parte foi renhida, as jogadas de perigo sucederam numa e noutra baliza, mas começou a



Texto: Adérito Caldeira • Foto: Facebook Costa Sol

faltar pernas a vários dos protagonistas.

Entretanto, no minuto 84, Estevão Matsinhe, Ivo Mungumbe e Teófilo Mungoi decidiram tornarem-se nos protagonistas do jogo assinalando o fora de jogo a Maninho que não existiu. O capitão de Ferroviário da Beira ainda rematou para o fundo das redes

mas o golo não foi validado.

O empate tangencial prevaleceu durante o prolongamento. Na decisão por pontapés da marca de grande penalidade Manucho e Nelito para o Ferroviário da Beira enquanto Sibale, Raul, Nene e Jorge acertaram nas redes e deram a vitória, por 4 a 2, ao Costa do Sol.

Tenista argentino vence primeiro Future do Standard Bank Open

O tenista argentino Matias Descotte, que ocupa a 381ª posição do ranking da Associação de Tenistas Profissionais (ATP), sagrou-se vencedor do primeiro Future do Standard Bank Open, em singulares masculinos, cuja final teve lugar no sábado, 10 de Novembro, nos courts do Jardim Tunduro, na cidade de Maputo.

Para o efeito, Matias Descotte derrotou o zimbabweano Benjamin Lock, 446º no ranking da ATP e vencedor desta prova em 2015, por 7-6 (6) 6-2. Com este feito, o argentino recebeu um cheque no valor de 132.800 meticais.

Visivelmente cansado depois da partida, que durou cerca de três horas, o argentino mostrou-se satisfeito com o resultado. “Foi uma final bem disputada, mas com o calor do público consegui vencer”.

Matias Descotte considerou, na ocasião, que a qualidade do jogo da final é resultado da competitividade que caracteriza o Standard Bank Open, que conta com a participação de atletas internacionais de renome e com uma pontuação assinalável no ranking mundial.

Apesar de ter sido derrotado em singulares masculinos, o zimbabweano Benjamin Lock teve, também, motivos para celebrar pois venceu, ao lado do seu irmão, Courtney Lock, a final em pares masculinos. A dupla recebeu um prémio no valor de 57.000 meticais.

Na ocasião, Courtney Lock disse que a dupla se sentia privilegiada por participar no Standard Bank Open, “um torneio que proporciona aos atletas da região, e não só, a oportunidade de participar numa prova como esta



Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

(em alusão ao Future)”.

Por seu turno, o director de Marketing e Comunicação do Standard Bank, Alfredo Mucavela, afirmou que os jogos disputados, da qualificação à final, superaram as expectativas.

Nesse sentido, Alfredo Mucavela reiterou “o sonho de vermos os tenistas nacionais a competirem ao nível dos atletas estrangeiros que participam na prova, em particular os finalistas, que nos proporcionaram um grande jogo”.

Já o presidente da Federação Moçambicana de Ténis (FMT), Valige Tauabo, considerou que a participação de atletas estrangeiros no Standard Bank Open é uma oportu-

nidade para os tenistas nacionais se profissionalizarem.

“Este é o caminho para a profissionalização dos nossos atletas. Assistimos, hoje, a um ténis de qualidade e esperamos que os tenistas nacionais e os alunos que fazem parte do projecto de massificação de ténis nas escolas consigam atingir este nível e que participem em torneios mundiais, tais como o Davis Cup e o Fed Cup”, disse Valige Tauabo.

Importa realçar que, no sábado, para além da final do primeiro Future, arrancaram os jogos do Top Moz nas categorias Juniores e Veteranos, que vão decorrer durante a semana, a par do segundo Future, que inicia na segunda-feira, 12 de Novembro.

Sociedade

98 anos de idade: Lançado livro sobre vivências de Nely Nyaka

Foi lançado, na última quinta-feira, 8 de Novembro, na cidade de Maputo, o livro “Mahanyela – A Vida na Periferia da Grande Cidade”, que retrata a história inspiradora da sua autora, Nely Nyaka, de 98 anos de idade, que ainda se destaca pelo seu activismo social profundo, passando pelas experiências encorajadoras, vividas na família e na comunidade que a influenciou.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Profunda conhecedora de Lourenço Marques (hoje Maputo), e, mais particularmente, dos seus bairros periféricos, onde nasceu, a autora fala-nos, nesta obra, dos marcos geográficos e sociológicos da sua cidade, das famílias que nela habitavam, das práticas e dos costumes da comunidade e dos artificios a que se recorria para mitigar a pobreza e vencer as enormes barreiras criadas pelo poder colonial a todos os que não fossem brancos.

Na cerimónia de lançamento, Nely Nyaka disse ter sido inspirada pelo seu marido, Raul Bernardo Honwana, já falecido que, em 1984, lançou um livro de memórias, que tem sido usado como referência em muitos trabalhos académicos.

“Na altura, prometi que também ia escrever o meu livro”, lembrou a autora, que agradeceu a todos que tornaram possível a edição e publicação de “Mahanyela – A Vida na Periferia da Grande Cidade”.

Para o editor, Nelson Saúte, “Mahanyela – A Vida na Periferia da Grande Cidade” afigura-se como uma notável obra no domínio da memória. “A Vovó Nely fala da (sua) vida, das coisas singelas da vida, da forma como se vivia, das pessoas, das suas casas, e do seu quotidiano”.

“O olhar da Vovó Nely é inédito e surpreendente. O olhar interior, o olhar de quem observa as pequenas coisas, de quem lida com as pequenas coisas. É aqui onde reside a extraordinária riqueza deste livro, nesse olhar e nessa voz singular”, enfatizou Nelson Saúte.

A publicação desta obra contou com o suporte da concessionária dos terminais de contentores e de carga geral no Porto da Beira, Cornelder de Moçambique SA, que a considera um importante contributo para a literatura moçambicana.

Para a Cornelder de Moçambique SA, representada na cerimónia por Rui Massuanganhe, “esta obra valoriza e enaltece o papel da mulher moçambicana para o desenvolvimento do País e consideramos importante a sua disseminação para a sociedade, no geral, e para os mais jovens, em particular”.

“Nely Nyaka desenha a sua trajectória muito parecida a de outras mulheres moçambicanas que passaram por diversificadas e complexas transformações sociais no início de dois séculos distintos e, ainda assim, com todas as dificuldades, conseguiu manter o foco da sua contribuição social”, acrescentou Rui Massuanganhe.

Nely Nyaka nasceu no dia 2 de Novembro de 1920, na Katembe. O seu activismo social começou cedo, primeiro no seio da Igreja Metodista Wesleyana e, mais tarde, no Instituto Negrófilo (que depois assumiu a designação de Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique), organização de que o seu pai foi sócio-fundador.

Recentemente, esteve na criação e é uma das mais notáveis dinamizadoras da associação Pfuna, dedicada a mitigar a pobreza e a miséria de crianças órfãs.

Em 1939, casou-se com Raul Bernardo Honwana e foram viver para a Moamba, tiveram oito filhos. Raul, que militou no Grémio Africano nos tempos de Karel Pott, publicou, em 1984, um livro de memórias, que vem constituindo referência em muitos trabalhos académicos.